

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**MARIAS BONITAS: A PARTICIPAÇÃO POPULAR
DAS MULHERES COMO PROCESSO DE
EMPODERAMENTO PARA A TRANSFORMAÇÃO
SOCIAL DAS RELAÇÕES DE GÊNERO**

MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO

Ângela Maria Souza de Lima

**Santa Maria, RS, Brasil
2014**

**MARIAS BONITAS: A PARTICIPAÇÃO POPULAR DAS
MULHERES COMO PROCESSO DE EMPODERAMENTO
PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DAS RELAÇÕES DE
GÊNERO**

Ângela Maria Souza de Lima

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Serviço Social**.

Orientador: Prof^a. Dr.^a Sheila Kocourek

**Santa Maria, RS, Brasil
2014**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Serviço Social**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Monografia de Graduação

**MARIAS BONITAS: A PARTICIPAÇÃO POPULAR DAS MULHERES
COMO PROCESSO DE EMPODERAMENTO PARA A
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DAS RELAÇÕES DE GÊNERO**

elaborada por
Ângela Maria Souza de Lima

como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Serviço Social

COMISSÃO EXAMINADORA:

Sheila Kocourek, Dr.^a
(Presidente/Orientador)

Letícia Chimini, M.^a (Instituto de Ensino Superior Zoom)

Teresinha Heck Weiller, Dr.^a (UFSM)

Santa Maria, 15 de dezembro de 2014.

Dedico este trabalho aos meus filhos,
Lucas, Henrique, Bruno, Leandra e
Luandra, por compreenderem que o
valor das coisas está em sua essência
e por me fazerem acreditar que outro
mundo é possível.

Dedico-o também às Marias Bonitas e
a todas as mulheres que lutam por uma
sociedade em que todas possam ser
livres.

AGRADECIMENTOS

À força divina, pela presença constante em minha vida, encorajando-me e me iluminando sempre.

À minha mãe, Jussara, pelos ensinamentos, pelo amor incondicional, pelo apoio e por ser a minha fonte inspiradora para a luta pela garantia dos direitos das mulheres.

Ao Leandro, companheiro fiel que contribuiu para a realização deste trabalho, partilhando tarefas domésticas e também debates, os quais proporcionaram a construção, desconstrução e reconstrução para nos fortalecermos na nossa trajetória.

À família Souza, pelo apoio de sempre e por tornar a vida uma festa.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Sheila Kocourek, pela parceria ao longo da graduação, pela paciência, pelos muitos diálogos, pelas oportunidades e pelos caminhos que percorremos juntas.

À minha companheira Rosana Vargas, pela sensibilidade de partilhar o conhecimento, pela convivência e por sempre instigar a luta pelos direitos das mulheres.

À Lucia Martins, pela alegria, pelo companheirismo, pelo incentivo e pela dedicação com que embarca nas minhas loucuras, fazendo-me acreditar na força interior.

À Companheira Leticia Chimini pelo processo reflexivo vivenciado juntas e pela parceria que se construiu.

À Zelir Bittencourt pelos diálogos, comprometimento e carinho de sempre.

À Bruna Munhoz pela parceria e sensibilidade de escuta.

Às muitas companheiras e companheiros dos movimentos sociais de luta e resistência, com quem aprendi a trilhar os caminhos para a construção de um projeto popular para o Brasil.

Aos meus colegas da primeira turma de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, pela acolhida, pelos debates e pela troca de conhecimentos e experiências.

Aos educadores da Rede de Educação Cidadã, pelas trocas de experiências, saberes e sabores.

Ao Projeto Esperança/Cooesperança pela confiança, oportunidade de aprendizagem, trocas e reflexões.

Aos tantos conhecidos, amigos e companheiros que contribuíram nessa trajetória de muitos desafios, medos, expectativas e, acima de tudo, realização.

Agradeço, ainda, à vida por todas as conquistas.

“Eu sou aquela mulher
a quem o tempo muito ensinou.
Ensinou a amar a vida
e não desistir da luta,
recomeçar na derrota,
renunciar a palavras
e pensamentos negativos.
Acreditar nos valores humanos
e ser otimista”

(Cora Coralina).

RESUMO

Monografia de Graduação
Curso de Serviço Social
Universidade Federal de Santa Maria

MARIAS BONITAS: A PARTICIPAÇÃO POPULAR DAS MULHERES COMO PROCESSO DE EMPODERAMENTO PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

AUTORA: ÂNGELA MARIA SOUZA DE LIMA

ORIENTADOR: PROF.^a DR.^a SHEILA KOCOUREK, DR.^a

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 15 de dezembro de 2014.

O presente estudo buscou problematizar, por meio de uma revisão bibliográfica, as formas de participação social e popular e sua relação com a trajetória do movimento feminista, com a experiência de extensão vivenciada junto ao Coletivo Marias Bonitas Fazendo História e com a atuação do Serviço Social. Esse entrelaçamento proporcionou perceber o quanto as mulheres precisam participar dos espaços de luta e empoderamento, visto que as desigualdades nas relações de gênero ainda persistem devido, em grande parte, a um sistema que divide a sociedade em classes, apropriando-se da mão de obra da classe trabalhadora e agravando, conseqüentemente, as opressões e discriminações. Os resultados desta pesquisa indicam a relevância de uma participação consciente das mulheres na busca da autonomia e do empoderamento para a transformação social. Essa percepção foi possível, principalmente, ao acompanhar e vivenciar o Coletivo Marias Bonitas, em que as ações são voltadas para o rompimento das situações de assujeitamento e os espaços de construção das políticas públicas são reconhecidos como estratégicos para erradicar as desigualdades das relações de gênero. Nesse processo, o assistente social pode ter um papel de ressignificar esses espaços a fim de impulsionar a transformação social.

Palavras-chave: Feminismo. Participação. Desigualdade de Gênero. Empoderamento. Políticas Públicas.

ABSTRACT

Graduation Monograph
Social Service Course
Federal University of Santa Maria

WRIT OF ORDER: A REVIEW FROM THE PRINCIPLE OF SEPARATION OF POWERS

AUTHOR: ÂNGELA MARIA SOUZA DE LIMA

ADVISER: SHEILA KOCOUREK, DR.^a

Date and Place of the Defense: Santa Maria, December 15.

This study aimed to discuss, through a literature review forms of social and public participation relating to the history of the feminist movement, the extent of experience lived by the Collective Marias Beautiful Making History and the perception of social work. This intertwining provided realize how much women need to be participating in spaces of struggle and empowerment, as it is still an important issue in the face of persistent inequalities in gender relations, provided by a system divided into classes that are appropriate in the workforce working class thus aggravating the oppression and discrimination. The result of this search related to women daily show the importance of a conscious participation in the quest for autonomy and empowerment of women for transformation into a new social order in which values women as rights of actresses. This perception was possible mainly watching and experiencing the collective Marias Beautiful, where actions are aimed at breaking the situations of asujeitamento, where the spaces for the construction of public policies are recognized as strategic to eradicate inequalities of gender relations. In this process the social worker may have a role to reframe.

Keywords: Feminism. Participation. Gender Inequality. Empowerment. Public Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Atividades desenvolvidas com o coletivo.	51
Figura 2 - Roda de conversa com a Delegacia da Mulher de Santa Maria e com integrantes da Marcha das Vadias.	52
Figura 3 – Encontro do grupo Marias Bonitas.	54
Figura 4 - Oficina de teatro.....	58
Figura 5 - Marcha de 08 de março.	59
Figura 6 - Atividade proposta na I Jornada de Lutas pelas Marias Bonitas, NeMGEP e ASSUFSM, para debater e dialogar com Movimentos Urbanos e Rurais.	60
Figura 7 - Ensaio da Batucada da Marcha de 8 de março.	61
Figura 8 - Participação nas reuniões que antecederam a marcha.	62

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 UMA TRAJETÓRIA DE LUTAS, DESAFIOS E CONQUISTAS	13
2.1 Feminismo mundial	13
2.2 Feminismo no Brasil	18
2.3 O movimento feminista e o Serviço Social	21
3 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL	24
3.1 A participação das mulheres em busca da emancipação e do empoderamento	27
3.2 As mulheres nas políticas públicas	28
3.3 Os espaços de controle social como lugar de luta das mulheres	35
3.4 Participações das mulheres nos espaços de decisão e poder	38
3.5 A participação social e os processos de trabalho do assistente social	40
4 MARIAS BONITAS FAZENDO HISTÓRIA E O SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA FORJADA NA COLETIVIDADE	45
4.1 Marias Bonitas Fazendo História: desafios, aproximações e muitas ações	45
5 CONCLUSÃO	63
REFERÊNCIAS	65

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é resultado de um processo forjado na militância feminista que culminou na formação de um projeto de extensão realizado no Grupo Marias Bonitas Fazendo História.

O interesse pela temática da participação como espaço de empoderamento das mulheres surgiu por duas razões principais. A primeira foi minha vivência como participante do Coletivo Marias Bonitas, momento em que presenciei o silenciamento de companheiras que ousaram querer participar de ações de resistência ao sistema atual, que ainda não garante uma liberdade plena para as mulheres, visto que muitas são violadas nos seus direitos em função de relações de gênero e de poder. O segundo fator que despertou meu interesse pelo tema foi o fato de acreditando que o ativismo é fundamental, mas não suficiente, conhecer a necessidade de articular e valorizar os espaços de decisões e de poder, assim como o das políticas públicas, já que se trata de espaços de relações de forças que precisam dialogar com as demandas reais da sociedade. Esses espaços podem se constituir, ainda, como campo de intervenção dos assistentes sociais e como lugar de empoderamento das mulheres por meio da formulação, execução, fiscalização e gestão de políticas para esse gênero.

Para melhor entendimento sobre o processo de participação das mulheres na sociedade atual, este texto foi dividido em três capítulos, além desta introdução. O segundo capítulo apresenta um breve histórico do movimento feminista mundial e brasileiro, bem como a relação contraditória do Serviço Social com o movimento feminista. Já o terceiro capítulo, expõe o conceito de participação, sob uma perspectiva libertária e emancipadora, abordando a relevância da participação das mulheres nos espaços de empoderamento para a construção de políticas de gênero que atinjam as suas demandas. Por fim, o quarto e último capítulo discorre sobre a experiência de ser bolsista do Programa Conexões de Saberes no Grupo Marias Bonitas.

Esse Grupo é formado por mulheres que têm uma grande atuação frente aos espaços de controle social a partir de um processo coletivo em que, após reconhecimento enquanto mulheres e coletivo e partindo das demandas locais, tomaram para si a luta contra as desigualdades de gênero. Tais mulheres são

reconhecidas nos espaços de luta pela participação nos processos de ativismo, bem como na luta por políticas públicas com recorte de gênero, por vivenciarem no seu cotidiano tais opressões.

Por fim, essa temática se justifica devido ao fato de o Brasil conviver com índices de disparidade entre homens e mulheres no que diz respeito à tomada de decisões econômicas, sociais, políticas, dentre outras. Embora a Constituição Federal de 1988 busque garantir a igualdade e a não discriminação por motivo de gênero, conforme consta no artigo 5, inciso I (“Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações nos termos desta Constituição”), vivenciamos cotidianamente inúmeros indicadores que nos mostram que ainda há muito a se fazer para alcançar uma sociedade sem discriminação e discriminados.

Este trabalho não pretende esgotar o tema que se propõe a discutir. O que se busca é apresentar um conjunto de argumentos históricos, políticos e sociais que assinala de que modo, por meio da participação popular e social, pode-se construir uma sociedade mais justa e equânime.

2 UMA TRAJETÓRIA DE LUTAS, DESAFIOS E CONQUISTAS

2.1 Feminismo mundial

Existiram alguns momentos na história da humanidade, como na Idade Média, por exemplo, em que a mulher tinha direitos mais abrangentes, tal como acesso total à profissão e à propriedade, além de chefiar a família. Esses momentos, no entanto, acabaram com o advento do capitalismo, que foi forjado sobre pensamento machista. De modo geral, quase sempre houve hegemonia masculina nos diferentes espaços públicos e hegemonia da mulher no espaço privado.

A consolidação do capitalismo e a nascente industrialização provocaram um conjunto de alterações de ordem econômica, social e política que tiveram repercussões na vida das mulheres. Segundo Saffioti

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas a mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (2013, p. 65-66).

Esse fato justifica, ao longo da história ocidental, a mobilização e a revolta das mulheres contra sua condição, que, ao lutarem por liberdade e direitos iguais aos dos homens, em inúmeros casos, pagaram com suas próprias vidas. De acordo com dados históricos, o embrião que, posteriormente, originou o movimento feminista foi a Revolução Francesa em 1789, cujos princípios revolucionários se pautavam em justiça social, liberdade, igualdade e fraternidade. Essa revolução passou a inspirar, gradualmente, nos séculos seguintes, reivindicações de diferentes segmentos sociais em condição de desigualdade de acesso a direitos então negados. A partir do século XIX, se intensificam as manifestações públicas pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, isto é, pelo acesso de ambos à educação, ao mercado de trabalho e ao voto.

Em 1791, Olympe de Gouges¹ publicou a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, no qual afirma:

A mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos. [...] esses direitos alienáveis e naturais são: a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo a resistência à opressão. [...] O exercício dos direitos naturais da mulher só encontra seus limites na tirania que o homem exerce sobre ela; essas limitações devem ser reformadas pelas leis da natureza e da razão.

Essa declaração foi um marco do início do feminismo, já que afirmava a equidade universal de direitos entre homens e mulheres e ressaltava as necessidades específicas das mulheres. Olympe havia sido parte do grupo minoritário que defendeu, na Assembleia que originou a Constituição Francesa de 1791, a extensão dos direitos de cidadania a todas as mulheres e homens, que lutaram na Revolução Francesa.

Contudo, a nova Constituição apenas considerou como cidadãos plenos os homens com mais de 25 anos, não estendendo às mulheres o direito de voto. Por sua luta em defesa dos direitos de igualdade entre os sexos nas reviravoltas da Revolução Francesa, Olympe acabou sendo guilhotinada em 3 de novembro de 1793. A sentença que a condenou a acusava de pretender ser um homem de Estado e ter esquecido as virtudes próprias de seu sexo.

Entretanto, a origem do feminismo como movimento remete à convenção dos direitos da mulher em Nova Iorque, que ocorreu em 1848. Esse movimento adquiriu cunho reivindicatório por ocasião das grandes revoluções. Dentre estas, como já citado, está a Revolução Francesa, que, em seu lema, trazia reivindicações de caráter feminista, pois se acreditava que os direitos sociais e políticos adquiridos a partir das revoluções deveriam se estender também às mulheres. Como resultado da participação das mulheres nessa revolução, pode-se destacar o direito ao divórcio, que foi uma grande conquista feminista visto que a demanda que originou a luta feminista questiona os contratos como o casamento, que a partir do mesmo as mulheres passavam a ser posse dos homens, uma relação de dominação.

O movimento feminista fortaleceu-se após a Revolução Industrial, momento em que se evidenciam as opressões impostas à mulher quando esta assume postos de trabalho, passando a arcar com uma tripla jornada de trabalho, dentro e fora de

¹ Historiadora, jornalista, escritora e autora de peça de teatro. Defensora da democracia e dos direitos das mulheres.

casa. Nessa época, o trabalho das mulheres na sociedade capitalista foi entendido como um mal necessário em função do alto índice de pobreza das famílias.

E pelo fato do sistema capitalista se beneficiar da invisibilidade tanto do trabalho doméstico feminino na vida privada como no mercado de trabalho. Gerando uma sobrecarga de trabalho e preconceito. Além disso, sofriam discriminação por ser o “sexo frágil”, já que assim eram vistas pela sociedade, que ainda hoje define o que é ser homem e mulher, atribuindo-lhes determinados papéis sociais pelo sexo.

No entanto, a luta dos movimentos feministas não se esgota na equalização das condições de trabalho entre homens e mulheres: trata-se de modificar a concepção naturalizada de que as mulheres são sempre mais frágeis que os homens, já que a diferença sexual é usada para, arbitrariamente, limitar a autonomia feminina, suas atividades econômicas e seu acesso ao poder político. Essas relações sociais, que dividem os sexos, propiciam diferentes oportunidades para homens e mulheres.

O movimento feminista caracteriza-se, historicamente, por diversos acontecimentos. O primeiro consistiu na luta pelo direito ao voto feminino. Embora essa primeira fase tenha começado no século XIX, ela se manteve até o momento em que o direito ao voto foi conquistado pelas mulheres nos diferentes países (Alemanha: 1918; Estados Unidos da América: 1919; Inglaterra: 1928; Brasil: 1932; França, Itália e Japão: 1945; Suíça: 1973).

A publicação do livro “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir, foi outro marco da chamada primeira onda do feminismo, mostrando que a hierarquização dos sexos é uma construção social e não uma questão biológica, ou seja, é uma construção da sociedade patriarcal. Assim, a luta dos movimentos feministas, além da preocupação com a igualdade de direitos, incorpora a discussão acerca das raízes culturais da desigualdade entre os sexos. A autora denuncia essas raízes e as causas existentes na nossa cultura para que as mulheres sejam consideradas inferiores, problematizando as opressões e subordinações vivenciadas pelas mulheres.

Na chamada segunda onda, iniciada a partir da década de 1960, o movimento feminista reuniu uma heterogeneidade de mulheres, entrelaçando vários movimentos de mulheres e movimentos feministas a fim de ampliar a defesa dos direitos para além da questão política, reivindicando o direito à educação e

debatendo a dominação masculina com a frase clássica de Simone de Beauvoir: “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Esse enunciado expressou a ideia básica do feminismo: a desnaturalização do ser mulher. Discorrendo sobre a categoria gênero, o movimento enfatizou a construção social da diferença sexual, problematizando temas que, na época, eram delicados, como, por exemplo, a sexualidade e o divórcio.

Os movimentos feministas opõem-se, assim, às normas hegemônicas de atuação dos homens na sociedade. Entretanto, devido à desinformação acerca dos seus objetivos, sofrem diversas críticas, sendo acusados de pregarem o ódio contra os homens ou devê-los como inferiores. Os grupos feministas podem ser vistos, ainda, como destruidores dos papéis tradicionais assumidos por homens e mulheres ou como destruidores da família.

Em contrapartida, as feministas afirmam que sua luta não tem por objetivo destruir tradições ou a família, mas alterar a concepção de que “lugar de mulher é em casa, cuidando dos filhos”. O compromisso dos movimentos feministas consiste em colocar fim à dominação masculina e à estrutura patriarcal da sociedade. Com isso, acreditam e lutam pela igualdade de direitos sem, contudo querer inverter os papéis, mas sim que seja uma distribuição equânime e justa.

Já a terceira onda do feminismo começou nos anos de 1990 em resposta às falhas da segunda onda. Buscou-se, nessa fase, ampliar o diálogo com diferentes segmentos da sociedade, privilegiando-se a interação com mulheres de outros segmentos sociais, em especial, as operárias e as residentes nas periferias.

As mulheres negras reivindicavam que suas demandas entrassem na agenda do movimento feminista, fato essencial nesse processo, pois a interseccionalidade² problematizou a teoria e a prática feminista, formulando uma agenda específica de combate às desigualdades no âmbito do movimento. A presença das mulheres negras nesses espaços propiciou a produção de diagnósticos de desigualdade racial e de gênero em diferentes instâncias da vida social, como nas áreas de educação, trabalho e política (CARNEIRO; SANTOS; COSTA, 1985). Antes disso, o movimento feminista acabou produzindo formas de opressão internas à medida que silenciou

²O estudo de como diferentes estruturas de poder interagem nas vidas das minorias, especialmente das mulheres negras.

diante de formas de opressão que articulassem racismo e sexismo, posicionando as mulheres negras em uma situação bastante desfavorável. De acordo com Gonzales,

ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão (1982, p. 97).

O movimento de mulheres negras questiona o fato de que, para o movimento feminista a questão etnia/raça não era fundamental, o que se justificava por sua composição de origem – mulheres brancas e de classe média alta –, ainda na concepção patroa/empregada, configurando um entrave para a efetivação dos direitos que deveriam estar presentes na realidade das mulheres. Não se negou a participação de mulheres brancas da classe média no movimento, mas passou-se a refletir sobre a necessidade de estas não silenciarem as demais, assumindo pautas orientadas pela relação de classe, gênero e etnia/raça.

Apesar dos avanços obtidos por meio das inúmeras lutas travadas pelas mulheres, muitos obstáculos ainda persistem, exigindo a problematização em torno dos desafios atuais, o que inclui, dentre outros, a dominação dos homens sobre as mulheres, a dificuldade que as mulheres pobres têm de participar nessas lutas, sendo sub-representadas por mulheres brancas e intelectuais, e a baixa participação das mulheres nas instâncias de poder político.

Percebe-se, desse modo, que diferenciação dos gêneros é naturalizada em praticamente todas as culturas humanas e que os movimentos feministas são fundamentais para a erradicação de toda forma de preconceito e discriminação por compreenderem que o gênero não possui apenas sexo, mas também classe, raça, etnia, orientação sexual, geração etc. Essas diferenças e especificidades devem ser percebidas, pois, em nossa sociedade, por mais que o gênero una as mulheres, a homossexualidade una *gays* e *lésbicas*, a geração una *idosas* ou *jovens* etc., a classe irá dividi-las dentro da ordem sociometabólica³ do capital.

³Processo social que o capitalismo forma, desenvolve e renova.

2.2 Feminismo no Brasil

No contexto brasileiro, o movimento feminista destaca-se na primeira onda do feminismo, com manifestações de caráter público por meio da luta pelo voto. As sufragistas⁴ brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, uma bióloga que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo direito ao voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei que dava o direito de voto às mulheres, de autoria do Senador Juvenal Larmartine. Esse direito foi conquistado em 1932, com a promulgação do Novo Código Eleitoral brasileiro.

Mesmo que esse avanço tenha representado uma importante conquista, foi seguido de um longo período de estagnação do movimento feminista, decorrente, principalmente, do caráter do governo que na época se instalou no país (Estado Novo), durante o qual todo tipo de mobilização popular de cunho reivindicatório foi impedido ou dificultado. Com a democratização, a partir de 1945, as mulheres voltam a fazer parte do cenário político, envolvidas em campanhas públicas, destacando-se a do petróleo, a da paz mundial e a da anistia. Elas mobilizaram-se, também, nas associações de bairro que, embora desprovidas de cunho propriamente feminista, eram um espaço de poder pelo qual as mulheres transitavam na esfera política.

A década de 1960 para o Brasil teve uma dinâmica diversa do resto do mundo. O país, nos primeiros anos da década, teve grande efervescência: a música revolucionava-se com a Bossa Nova; Jânio Quadros, após uma vitória avassaladora, renunciava; e Jango chegava ao poder.

Nesse contexto, o ano de 1963 foi de radicalizações: de um lado, a esquerda partidária, os estudantes e o próprio governo; de outro, os militares, o governo norte-americano e uma classe média assustada. Entretanto, foi a partir de 1964 que a presença feminina sofre novo refluxo, visto inexistir qualquer ambiente para a organização de movimentos populares em função do regime ditatorial, que se

⁴As *suffragettes* (em português, sufragistas), primeiras ativistas do feminismo no século XIX, eram assim conhecidas justamente por terem iniciado um movimento no Reino Unido a favor da concessão às mulheres do direito ao voto.

tornaria, no mitológico ano de 1968, uma ditadura militar das mais rigorosas, por meio do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), que transformava o Presidente da República em um ditador.

O cenário brasileiro caracterizava-se, nesse período, pela repressão total da luta política legal, obrigando os grupos de esquerda a irem para a clandestinidade e partirem para a guerrilha. Algumas mulheres participaram de movimentos organizados para oposição ao regime, bem como de manifestações e atos políticos, sendo a luta pela anistia o movimento em que a sua participação foi mais acentuada. Foi, então, em um ambiente de muita repressão, limitado pelas condições que do país na época, que aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil na década de 1970, momento em que o feminismo ressurgiu como um movimento de massas, com acentuada força política e enorme potencial de transformação social. Por esse motivo, o regime militar via com grande desconfiança qualquer manifestação de feministas, por entendê-las como política e moralmente perigosas.

A partir da declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) na I Conferência Internacional da Mulher, ocorrida no México em 1975, de que os próximos dez anos seriam considerados a década da mulher, o Brasil organizou uma semana intensa de reflexões, intitulada “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, com o patrocínio do Centro de Informações da ONU. É a partir daí que se verifica um significativo aumento de grupos, associações ou outras formas organizativas ligadas aos movimentos feministas.

Com a redemocratização dos anos 1980, o feminismo no Brasil entra em uma fase de grande ebulição: há inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões do país tratando de uma gama muito ampla de temas— violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil e luta contra o racismo. Esses grupos feministas se organizavam, algumas vezes, próximos dos movimentos populares de mulheres, localizados nos bairros pobres e nas favelas, lutando por educação, saneamento, habitação e saúde, fortemente influenciados pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (CEB's).

O movimento feminista brasileiro teve, assim, as suas particularidades, pois se ancorou em um sistema patriarcal e escravocrata, fator que o influenciou e potencializou para ser um movimento propositivo e protagonista de conquistas. Como salienta Carneiro (2003), o movimento de mulheres do Brasil é um dos mais

respeitados do mundo e é, também, um dos movimentos com melhor performance dentre os movimentos sociais do país, visto que assumiu a bandeira da igualdade se contrapondo ao sistema que viola os direitos humanos.

O movimento feminista foi protagonista de muitas lutas, como observa Barsted:

O movimento feminista brasileiro foi um ator fundamental nesse processo de mudança de legislativa e social, denunciando desigualdades, propondo políticas públicas, atuando junto ao Poder Legislativo e, também, na interpretação da lei. Desde meados da década de 70, o movimento feminista brasileiro tem lutado em defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres, dos ideais de Direitos Humanos, defendendo a eliminação de todas as formas de discriminação, tanto nas leis como nas práticas sociais. De fato, a ação organizada do movimento de mulheres, no processo de elaboração da Constituinte Federal de 1988, ensejou a conquista de inúmeros novos direitos e obrigações correlatas do estado, tais como o reconhecimento da igualdade na família, o repúdio à violência doméstica, a igualdade entre filhos, o reconhecimento de direitos reprodutivos, etc. (2001, p. 35).

Esse protagonismo do movimento contribuiu para a sua incidência no processo pré-constitucional, em que o movimento se articulou visando assegurar direitos e conquistas no âmbito constitucional, tendo sido elaborada uma carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, a partir de amplos debates e discussões nacionais. Tal fato resultou na incorporação significativa das reivindicações formuladas pelas mulheres na Constituição de 1988.

Os anos de 1990 são apontados como a década em que os movimentos feministas no Brasil, assim como na América Latina e em outras regiões do mundo, expandiram-se. Um fator que contribuiu para isso foi a grande participação de feministas no Fórum Social Mundial⁵, evento de discussão e contraposição ao atual modelo de globalização, bem como ao neoliberalismo⁶ e ao imperialismo⁷.

Essas considerações demonstram a importância da articulação dos movimentos sociais a fim de disseminar na sociedade a luta pela garantia dos direitos das mulheres, visto que ainda é perceptível a presença de valores

⁵ Ver mais em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/forum-social-mundial.htm>>.

⁶ Um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia, devendo haver total liberdade de comércio (livre mercado).

⁷ É a prática por meio da qual nações poderosas procuram ampliar e manter controle ou influência sobre povos ou nações mais pobres.

patriarcais, misóginos, racistas e homofóbicos⁸, dentre outros entraves que impedem a construção de uma sociedade pautada na justiça, igualdade e equidade. Para tanto, o movimento feminista deve construir uma unidade embasada em ações concretas e transformadoras.

2.3 O movimento feminista e o Serviço Social

As origens do Serviço Social se encontram na revolução industrial ocorrida no século 19 na Inglaterra. A profissão surge, por um lado, em função das condições precárias de vida da população, que havia emigrado em massa do campo para a cidade, e, por outro, com o compromisso da Igreja Católica, no esforço de aliviar a miséria e assegurar certo poder na sociedade.

Trata-se de uma atividade predominantemente feminina, mas que não assumiu a pauta do feminismo. Pelo contrário, existe um descompasso entre o Serviço Social e os movimentos feministas. De acordo com Cisne (2012), esse descompasso está na raiz da profissão, pois, para ela, o gênero é uma questão fundadora do processo de institucionalização do Serviço Social como profissão.

Sobre isso, é interessante observarmos o discurso da oradora da primeira turma de Serviço Social, Lucy Pestana da Silva (1938), que já manifestava atenção em relação à condição da mulher e a implicação desta no campo do Serviço Social naquele período:

Nesse contacto, porém, um aspecto bom veio juntar-se: a mulher aprendeu a tomar uma atitude mais definida em face da vida. Uma corrente, procurando igualar o papel social feminino ao masculino, definiu-se de modo falso e errôneo. Ao seu lado, porém, outra mentalidade surgiu: a de formar a personalidade feminina, dando-lhe pleno desenvolvimento, tornando-a apta a cumprir de modo eficaz o seu papel no lar e fora dele. [...] Costuma-se, já disse alguém, ver o padrão da civilização de um povo, pelo nível da formação feminina. Aí a sua grande responsabilidade social, ainda mais quando chamada a diversos cargos, tendo como hoje acesso a quase todas as posições e profissões. É desse aspecto que falo em segundo lugar. Se são muitas hoje as carreiras que se nos oferecem não me parece feminino torná-las indistintamente. De acordo com sua natureza a mulher só poderá ser profissional numa carreira em que suas qualidades se desenvolvam, em que sua capacidade de dedicação e de devotamento seja exercida. [...] Intellectualmente o homem é empreendedor, combativo, tende para a dominação. Seu temperamento prepara-o para a vida exterior, para a

⁸ Etimologicamente, a palavra “homofobia” é composta por dois termos distintos: *homo*, prefixo de origem latina, que significa “igual”; e *phobos*, do grego, que significa “medo”, “aversão” ou “fobia”. O indivíduo que pratica a homofobia é chamado de homofóbico.

organização e para a concorrência. A mulher é feita para compreender e ajudar. Dotada de grande paciência, ocupa-se eficazmente de seres fracos, por isso, particularmente indicada a servir de intermediária, a estabelecer e manter relações. De acordo com sua natureza a mulher só poderá ser profissional numa carreira, em que suas qualidades se desenvolvam, em que sua capacidade de dedicação, de devotamento seja exercida. [...] Como educadora é conhecida a sua missão. Abre-se-nos agora também com o movimento atual, mais um aspecto de atividade: o de serviço social, que apresenta alguns setores especiais de atividade feminina (IAMAMOTO, 1983, p. 175- 176).

A autora reforça, assim, a extensão do privado para o público, em que o papel da mulher é de cuidadora. Uma tradição ainda muito encontrada é a do primeiro-damismo, que, ainda hoje, é um problema enfrentado pela categoria, que tenta legitimar a profissão por um viés diferente do assistencialismo. Ainda nos tempos contemporâneos, persiste a tradição de as primeiras-damas assumirem secretárias de assistência social. Isso demonstra o vínculo entre o que se concebe da imagem de mulher e a execução e o planejamento da política de assistência social, o que está relacionado com a concepção do Serviço Social, bem como a ligação com a igreja e sua identidade atribuída ao serviço do capital, moldando as ações de caridade.

A questão de gênero marcada pela profissão está associada à existência da divisão sexual do trabalho, que sintetiza relações de hierarquia. O trabalho masculino sempre é mais valorizado do que o feminino, ainda que no exercício das mesmas atividades. Há, assim, uma tipificação daquilo que é considerado trabalho masculino e feminino.

Como o Serviço Social se insere não apenas na divisão social, mas, também, na divisão sexual do trabalho, a hierarquia, a carga de preconceitos e a desvalorização que as mulheres sofrem socialmente refletem diretamente na profissão. No Serviço Social, as situações apresentadas no cotidiano profissional são marcadas, assim, por questões de gênero, devido ao fato de que a intervenção realizada é feita, em sua maioria, por mulheres. É preciso atentar, nesse contexto, ao crescimento da demanda de situações que perpassam a questão de gênero no cotidiano de intervenção do Serviço Social, sem o crescimento de aporte teórico e metodológico que seja significativo para a área.

O movimento feminista é de caráter sociocultural, englobando múltiplas concepções teóricas que perpassam as questões de classe, gênero, etnia, dentre outras. Em última instância, trata-se de viabilizar a condição de cidadania da mulher

que, na atualidade, vivencia de forma bastante radical as mais variadas expressões da questão social. Tais expressões manifestam-se na forma de exclusão, discriminação, privação, violência e, ao mesmo tempo, resistência.

O movimento feminista foi e continua sendo responsável por debates e ações políticas que proporcionaram profundas mudanças na vida das mulheres, como, por exemplo, a luta pela superação das desigualdades entre homens e mulheres e pela autonomia e emancipação destas. Lideram, também, a problematização das contradições nas sociedades ocidentais que ainda persistem, refletindo sobre as grandes desigualdades sociais (desemprego, violência, miséria, direitos negados, dentre outras), as quais são propagadas pelas organizações hierárquicas, responsáveis por difundir uma cultura de exclusão marcada por critérios de classe, etnia e gênero. Essas questões são determinantes na divisão do poder na sociedade, marcada por uma construção social heteronormativa e capitalista.

Prevalecem, dessa forma, a hegemonia do masculino sobre o feminino, a presença da heterossexualidade compulsória e a concentração do poder público e das riquezas coletivas nas mãos dos homens. Assim, a resistência a todas as formas de subordinação do feminino gera e articula os movimentos de mulheres, intensificando a participação social como um instrumento de luta pelo empoderamento das mulheres na busca pela transformação social.

No que concerne à luta pelos direitos das mulheres, é necessário empoderá-las para que se reconheçam em seu espaço de luta cotidiana e mostrem as questões que lhes são pertinentes, de modo a criar possibilidades da defesa e ampliação de seus direitos. Para isso, não bastam políticas públicas, por vezes compensatórias e assistencialistas; é preciso refletir sobre seus direitos, destacando a fragilidade de que são providos bem como sua ausência em alguns casos. O que compete uma prática crítica reflexiva do profissional.

Dito isso, a seguir, abordaremos o processo histórico do movimento feminista e sua propagação no cenário mundial e brasileiro, evidenciando o quanto a participação dessas mulheres foi fundamental para a conquista dos avanços contemporâneos.

3 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A Constituição Federal de 1988 foi um marco no processo democrático brasileiro, consolidando as lutas sociais por liberdade e cidadania. A Constituição fortalece, aprimorou e consagrou a democracia participativa, por meio da instituição de mecanismos de participação direta da vontade popular (como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular, nos termos dos artigos 1º, parágrafo único, e 14), estimulando, ainda, o direito de participação orgânica e comunitária (artigos 10, 11, 194, inciso VII, e 198, inciso III).

Para melhor compreender o sentido da participação popular, Bordenave (1983, p. 22) remete à sua origem: “De fato, a palavra participação vem de parte. Participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte”. O autor faz referência à reflexão acerca da participação em seu sentido amplo, pois o cidadão que faz parte de algo deve tomar parte, interferindo nas decisões de forma crítica e consciente, com efetiva responsabilidade quanto aos resultados do próprio processo de participação. Contraditoriamente, quando um ator social faz parte sem tomar parte não ocorre, por excelência, a concretude da participação em seu significado pleno.

A participação requer comprometer-se com a coisa pública e com o coletivo, tendo consciência sobre a força do coletivo, já que foram as mobilizações com ampla participação popular que obtiveram conquistas para minimizar as desigualdades sociais. É necessário, assim, tomar consciência da importância desse processo participativo, até mesmo porque “[...] não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (MARX; ENGLES, 1993, p. 26), o que significa dizer que os homens são produtores de sua própria existência, podendo definir e transformar o seu pensamento e os produtos desse pensamento.

A participação social tem se constituído em espaços repletos de conflitos e tensões, ainda que se busquem negociações em defesa de interesses individuais e/ou coletivos de gestão compartilhada, inserindo a sociedade civil organizada na gestão dos sistemas. Conforme esclarecem Ciconello e Moroni (2005, p. 6):

Participação, antes de tudo, é a partilha do poder e o reconhecimento do direito a intervir de maneira permanente das decisões políticas (dimensão política). É também a maneira através da qual as aspirações e as necessidades dos diferentes segmentos da população podem ser expressas no espaço público de forma democrática, estando associada ao modo como

esses “grupos” se percebem como cidadãos e cidadãs. A participação é um processo educativo-pedagógico. Expressar desejos e necessidades, construir argumentos, formular propostas, ouvir outros pontos de vista, reagir, debater e chegar ao consenso são atitudes que transformam todos aqueles que integram processos participativos.

Desse modo, a participação é entendida como mecanismo de poder diante dos conflitos que vivenciamos entre os interesses populares e particulares, uma vez que o sistema capitalista não abre espaço para os anseios do coletivo que clama por melhores condições de vida. A esse respeito, Bordenare afirma que

A participação é inerente à natureza social do homem, tendo acompanhado sua evolução desde a tribo e o clã dos tempos primitivos, até as associações, empresas e partidos políticos de hoje. Neste sentido, a frustração da necessidade de participar constitui uma mutilação do homem social. Tudo indica que o homem só desenvolverá seu potencial pleno numa sociedade que permita e facilite a participação de todos. O futuro ideal do homem só sedará numa sociedade participativa (1983, p. 17).

Ou seja, esse futuro só ocorrerá em uma sociedade que valorize a participação popular de mulheres e homens comprometidos com um projeto societário de inclusão social, respeitando suas especificidades, entendendo a participação enquanto prática social concreta e questionando-se sobre o tipo de participação que querem e sobre o que querem com essa participação.

Podemos constatar, desse modo, que existem várias formas de conceituar e entender a participação, bem como vários tipos, que dependem de diferentes teorias e paradigmas que a explicam e fundamentam. Assim, além da participação política, outras formas de manifestação e reivindicações ganharam espaço e começaram, recentemente, a serem analisadas por diversos autores.

Para Pateman (1992 apud LÜCHMANN, 2007), a participação caminha em direção ao desenvolvimento da cidadania, cujo exercício se configura como condição de ruptura com o ciclo de submissão e de injustiças sociais, originando um processo de capacitação e conscientização, tanto individual como coletiva. Nesse sentido, a participação está relacionada à transformação da consciência política e pode, conseqüentemente, contribuir para a redução das desigualdades sociais.

Gaventa e Valderrama (1999 apud CORNWALL, 2002), por sua vez, sugerem que abramos nossa mente para uma visão de participação no desenvolvimento. Nesse caso, a participação sugere mais do que convites a participar, estendendo-se

a formas de participação autônomas por meio das quais os cidadãos possam criar suas próprias oportunidades e condições para o desenvolvimento.

Para Cornwall (2002), a democracia é deficiente, motivo pelo qual se faz necessária uma maior interação entre o cidadão e o Estado, originando uma participação que vá além da consulta, sendo capaz de proporcionar novas possibilidades de voz para que os cidadãos se tornem incorporados aos sistemas deliberativos. Entende-se, assim, a participação como um produto histórico-cultural, fruto de conquista da própria sociedade.

A participação assume um caráter político, sendo associada aos movimentos sociais e às lutas pela transformação da realidade social (GOHN, 2004).

O processo de efetivação dos mecanismos de participação da sociedade é algo ainda em construção, que envolve questões como consciência política, exercício da cidadania e construção da democracia. De acordo com Gadotti (2014, p. 2), a participação estrutura-se em espaços diferenciados, pois a

Participação Social se dá nos espaços e mecanismos do controle social como nas conferências, conselhos, ouvidorias, audiências públicas etc. São os espaços e formas de organização e atuação da Participação Social. É assim que ela é entendida, como categoria e como conceito metodológico e político, pelos gestores públicos que a promovem. Essa forma de atuação da sociedade civil organizada é fundamental para o controle, a fiscalização, o acompanhamento e a implementação das políticas públicas, bem como para o exercício do diálogo e de uma relação mais rotineira e orgânica entre os governos e a sociedade civil.

Já a participação popular tem autonomia na sua organização, caracterizando-se pela ação direta, como aponta o mesmo autor:

A Participação Popular, por outro lado, corresponde às formas mais independentes e autônomas de organização e de atuação política dos grupos das classes populares e trabalhadoras e que se constituem em movimentos sociais, associações de moradores, lutas sindicais etc. A Participação Popular corresponde a formas de luta mais direta do que a participação social, por meio de ocupações, marchas, lutas comunitárias etc. Embora dialogando e negociando pontualmente com os governos, em determinados momentos, essas formas de organização e mobilização não atuam dentro de programas públicos e nem se subordinam às suas regras e regulamentos(GADOTTI, 2014, p. 2).

Dessa forma, os conselhos e as conferências vêm acumulando experiências de articulação entre os diferentes sujeitos sociais nos municípios, nos estados e no

âmbito nacional, distintos olhares sobre as realidades e a pluralidade dos movimentos.

Mas que também são espaços de correlação de forças pois a intervenção estatal que configura nosso sistema como autoritário, paternalista, clientelista e elitista, gestado no pensamento político brasileiro, nem sempre homogêneo, e evidenciado por tensões entre os diferentes sujeitos políticos por vezes acabam usando esses espaços para legitimação de governos.

Vale ressaltar que a República, instituída como regime de liberdade e igualdade, traz embutida dentre os seus defensores a expectativa de concretização dos direitos de cidadania e de sua extensão a toda a população, embora tenha se mostrado fortemente contaminada por elementos antigos e tradicionais em relação aos quais não houve, até então, ruptura (GOMES, 2000).

Esse espaço legítimo de participação, reconhecido nas legislações, deve ser ocupado, visto que o atendimento às demandas da população é proporcionada pela participação nesses espaços de decisão.

3.1 A participação das mulheres em busca da emancipação e do empoderamento

As mulheres continuam a carregar os fardos da pobreza, da desigualdade, da exclusão e da violência, em função dos papéis atribuídos aos homens e às mulheres como consequência dessa construção histórico-cultural que se configura com base nas relações de poder. Segundo Foucault (1998), onde há exercício de poder, há resistência. A resistência acontece quando as mulheres também se rebelam em função da opressão, utilizando estratégias que as tiram da posição de vítimas, o que se concretiza justamente por meio da participação e da experiência partilhada, gerando ideias e estratégias de empoderamento comuns em um determinado grupo. Conforme Lisboa (2007),

O empoderamento é um processo pelo qual pessoas ou comunidades criam o seu próprio espaço vital, e a partir dele aprendem a lidar criativamente com situações problemas e em função de suas necessidades básicas; o enfoque é centrado na força e na capacidade das pessoas de descobrir e desenvolver suas capacidades para vencer e superar seus problemas tanto individuais como sócio-estruturais.

O processo de empoderamento implica a alteração radical das estruturas que reproduzem e mantêm a posição das mulheres na sociedade como submissa, vulnerável e objeto de pertencimento masculino. Esse processo requer estratégias de envolvimento e comprometimento.

Segundo Gohn (2004), o empoderamento individual tem como indicadores a autoestima, autoconfiança e autoafirmação e visa à melhoria das condições de vida, visto que o processo de empoderamento pressupõe uma tomada de consciência de si e, posteriormente, do coletivo. Nesse mesmo sentido, a Organização Mundial de Saúde⁹ (1998) define o empoderamento como:

Um processo social, cultural, psicológico ou político através do qual indivíduos e grupos sociais tornam-se capazes de expressar suas necessidades, explicitar suas preocupações, perceber estratégias de envolvimento na tomada de decisões e atuar política, social e culturalmente para satisfazer suas necessidades.

Necessidades essas que urgem em uma sociedade ainda opressora, com entraves que reforçam diferenças existentes entre homens e mulheres não apenas quanto aos aspectos biológicos, mas também quanto às questões de caráter social, cultural, político e psicológico.

3.2As mulheres nas políticas públicas

As políticas públicas são mediações importantes para o enfrentamento das diversas expressões da questão social, da viabilização dos direitos e, ao mesmo tempo, podem atuar como afirmadoras das capacidades humanas. Segundo Sposati (2002), as políticas públicas formam um conjunto de provisões de necessidades humanas para garantir a cidadania.

Para Andrade (2002, p. 51):

A Constituição Federal de 1988 no Brasil veio consolidar um novo desenho das políticas públicas, caracterizado pela descentralização, entendida como transferência de responsabilidades da implementação de políticas públicas, [...] e pela definição de um modelo de gestão pautado na participação de setores organizados da sociedade na formulação de políticas, no controle

⁹ Agência especializada em saúde, fundada em 7 de abril de 1948 e subordinada à Organização das Nações Unidas (ONU), que tem por objetivo desenvolver ao máximo possível o nível de saúde de todos os povos.

do processo de execução das mesmas e, acima de tudo, na fiscalização do uso de recursos públicos.

Contudo, essas políticas devem expressar a reivindicação da diversidade de segmentos sociais. Uma luta histórica tem sido travada para que tais políticas dialoguem com as demandas da sociedade.

É preciso que as políticas estejam articuladas com as particularidades, como é o caso de implementar políticas públicas com recorte de gênero. Por gênero entende-se “o conjunto de normas, valores, costumes e práticas através das quais a diferença biológica entre homens e mulheres é culturalmente significada” (MELO; BANDEIRA, 2005, p. 7).

Destarte, constata-se a importância da sociedade civil organizada em prol de ações que pressionemos governos para que as políticas de gênero sejam incluídas na agenda política. Farah enfatiza que:

A inclusão da questão de gênero na agenda governamental ocorreu como parte do processo de democratização, o qual significou a inclusão de novos atores no cenário político e, ao mesmo tempo, a incorporação de novos temas pela agenda política. Os movimentos sociais que participaram de lutas pela redemocratização do regime tinham as mulheres como um de seus integrantes fundamentais. [...] A história destes movimentos é também a da constituição das mulheres como sujeito coletivo (2003, p. 3).

Propor políticas públicas de gênero exige estabelecer o sentido de mudanças, se pretendemos que estas tenham um caráter emancipatório (SOUZA, 1994), pois, para que as desigualdades de gênero sejam superadas, práticas que fortaleçam a cidadania são essenciais. Essa perspectiva é elemento fundamental para diferenciar política pública para mulheres e política pública de gênero: a primeira centra-se no feminino e em sua relação com a reprodução social; a segunda pauta-se nos processos de socialização para homens e para mulheres (MELO; BANDEIRA, 2005).

Precisamos lutar por uma inclusão efetiva das mulheres no mercado de trabalho, sem diferenciação salarial e de modo que a maternidade não seja um empecilho para a contratação de mulheres. São necessárias ações que contribuam para a desconstrução do papel sexuado atribuído às mulheres. De acordo com Kon (2005, p. 2):

A atividade econômica da mulher tem se originado de sua função prioritária de reprodução da força de trabalho, desde que a teoria econômica veio se

delineando. Desta função se originam as diferentes formas que tem assumido a subordinação feminina, em distintas sociedades. Dessa maneira, a participação da mulher na produção, a natureza de seu trabalho e a divisão do trabalho entre os sexos são considerados resultados de suas atividades de reprodução, resultado este condicionado também pela natureza dos processos produtivos e pelas exigências de um determinado sistema de crescimento e acumulação que se transforma com o tempo.

A luta das mulheres pelos seus direitos é fundamental para criar um contraponto ao sistema centrado na relação capital *versus* trabalho, que se utiliza da invisibilidade do trabalho feminino, originando todas as demais opressões e discriminações que as mulheres enfrentam. Assim sendo, a participação na efetivação dos direitos ainda urge por ações que unifiquem as pautas, visto que as correlações de forças continuam desfavoráveis, mesmo que o momento presente, considerando-se a trajetória histórica das políticas públicas para as mulheres, possa ser considerado um período de grande avanço, alavancado pela Constituição de 1988 e materializado na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) (2011)¹⁰, representado pelo ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

A partir da criação da Secretaria de Política para as Mulheres, o governo liderado pelo PT tem dialogado com os movimentos sociais com recorte de gênero e raça, comprometendo-se com as políticas públicas para esses setores e ampliando o debate sobre temas complexos, assim como os recursos a serem alocados e investidos. A seguir, são apresentadas algumas políticas públicas executadas com o foco nas mulheres.

A análise das políticas relacionadas à geração de renda e assistência social, baseada nos Dados da Síntese de Indicadores Sociais 2013 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) –, demonstra que a proporção de mulheres como pessoa de referência dos arranjos familiares aumentou de 28%, em 2002, para 38%, em 2012. No mesmo período, o número de mulheres chefes de família no Brasil quadruplicou entre os casais com filhos, sendo de 4,6%, em 2002, e de 19,4%, em 2012.

Outro dado relevante que esse estudo apontou foi que as mulheres trabalham menos horas no mercado formal de trabalho, mas fazem o dobro da jornada dos homens nos afazeres domésticos. Em 2012, os homens trabalharam em média 42,1 horas por semana, enquanto que a jornada das mulheres ficou em 36,1 horas. Para

¹⁰Foi oficializado como partido político em 10 de fevereiro de 1980 pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (2014).

os afazeres domésticos, no entanto, as mulheres dedicam 20,8 horas, enquanto que os homens trabalham dez horas.

Com base na verificação desses indicadores, constata-se que são urgentes ações mais efetivas para erradicar as distorções no mercado de trabalho e que houve um maior comprometimento a partir do governo Luiz Inácio Lula da Silva, intensificado no governo da presidenta Dilma Rousseff, que ainda é incipiente frente ao processo histórico de abandono de políticas públicas que garantam a cidadania plena feminina, a ampliação dos direitos humanos das mulheres e a efetivação de mudanças na sociedade brasileira.

Apresentamos, em seguida, algumas ações extraídas de materiais da Secretaria de Políticas para as Mulheres:

- a) Programa Mulheres Mil – tem como objetivo garantir o acesso à educação profissional e à elevação da escolaridade de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das regiões. São oferecidos cursos profissionalizantes em áreas como turismo e hospitalidade, gastronomia, artesanato e confecção e processamento de alimentos, que visam ampliar as possibilidades de inclusão produtiva qualificada das beneficiárias. Oferecendo as bases de uma política social de inclusão e gênero, atende mulheres em situação de vulnerabilidade social, dando-lhes acesso à educação profissional, ao emprego e à renda. Faz parte das ações do programa Brasil Sem Miséria, articulado com a meta de erradicação da pobreza extrema, estabelecida pelo governo federal em parceria com o Ministério da Educação (MEC);
- b) Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais – é uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria, sendo coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O acompanhamento privilegia a inserção produtiva e social das mulheres e da juventude e estimula a agricultura sustentável, a segurança alimentar e a organização dos produtores. Esse programa repassa o valor de R\$2.400,00 por família, dividido em três parcelas por meio do Cartão Cidadão, para executar um projeto de estruturação da unidade familiar elaborado em conjunto com responsáveis de assistência

técnica e extensão rural, podendo receber sementes como insumo para produção;

c) Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais – objetiva ampliar o protagonismo das mulheres na economia rural, promovendo capacitação, promoção comercial e acesso às políticas públicas. O público-alvo são as mulheres rurais e/ou suas organizações produtivas. Financia três modalidades de projetos: Apoio a Grupos Produtivos; Apoio a Redes de Organização Produtiva; e Apoio às Feiras e/ou Mostras da Economia Feminista e Solidária. Cada proposta pode concorrer em apenas uma modalidade. É articulado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais;

d) Programa de Aquisição de Alimentos – promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Desenvolvido pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário;

e) Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) – visa fortalecer os processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários, buscando atingir a geração de renda, a partir da organização do trabalho, com foco na autogestão e dentro dos princípios de autonomia dos empreendimentos econômicos solidários;

f) Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária (PPA 2012/2015) – quer fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, ao crédito e às finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário;

g) Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural– criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, tem o intuito de garantir a emissão gratuita de documentos civis e trabalhistas, assegurando às mulheres atendidas o exercício de seus direitos básicos;

h) Bolsa Família – é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Esse programa integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco

de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$77 mensais e está baseado na garantia de renda, na inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. Todos os meses, o governo federal deposita uma quantia para as famílias que fazem parte do programa. O saque é feito com cartão magnético, emitido preferencialmente em nome da mulher.

Quanto às políticas relacionadas à saúde da mulher, optamos por descrever as referentes à violência, visto que esta se relaciona com a temática da saúde e constitui uma violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, limitando total ou parcialmente a observância, o gozo e o exercício de tais direitos e liberdades.

As políticas relacionadas à saúde devem levar em conta os indicadores a esse respeito. Dentre estes, alguns mostram que mais de 13.500.000 de mulheres já sofreram algum tipo de agressão (19% da população feminina com 16 anos ou mais). Destas, 31% ainda convivem com o agressor. Além disso, a cada 100 mil mulheres, 4,4 são assassinadas.

A violência doméstica e familiar exerce grande impacto nas taxas de homicídio contra as mulheres. Em um *ranking* de 84 países, ordenados segundo as taxas de homicídios femininos, o Brasil ocupa a sétima posição, estando pior posicionado que seus vizinhos na América do Sul (à exceção da Colômbia), que os países europeus (à exceção da Rússia) e que todos os países africanos e árabes. Esses dados confirmam e reafirmam a necessidade de intervenção nos espaços de construção das políticas públicas a fim de buscar caminhos para a efetivação da garantia dos direitos das mulheres.

Algumas políticas em execução que tem ações voltadas para as mulheres:

- a) Programa de Saúde da Família (PSF) – é a estratégia definida pelo Ministério de Saúde (MS) para oferecer uma atenção básica mais resolutiva e humanizada no país. A família passa a ser o objeto de atenção no ambiente em que vive, permitindo uma compreensão ampliada do processo saúde-doença. O programa inclui ações de promoção à saúde e de prevenção, recuperação e reabilitação de doenças e agravos mais frequentes;
- b) Programa Nacional de Controle do Câncer do Colo do Útero e Programa Nacional de Controle do Câncer de Mama – objetivam oferecer subsídios para o avanço do planejamento das ações de controle desses tipos de câncer, no

contexto da atenção integral à saúde da mulher no Brasil. Ambos foram afirmados como prioridade na Política Nacional de Atenção Oncológica, em 2005, e no Pacto pela Saúde, em 2006;

c) Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – está relacionada à ampliação do conceito de saúde da mulher a partir da incorporação de questões como, por exemplo, a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. Busca promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres brasileiras, mediante a garantia de direitos legalmente constituídos e ampliação do acesso aos meios e serviços de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde em todo o território brasileiro. Tem como objetivos contribuir para a redução da morbidade e mortalidade feminina no Brasil, especialmente por causas evitáveis, em todos os ciclos de vida e nos diversos grupos populacionais, sem discriminação de qualquer espécie, bem como ampliar, qualificar e humanizar a atenção integral à saúde da mulher no Sistema Único de Saúde (SUS);

d) Programa “Mulher, Viver sem Violência” – propõe estratégias para melhoria e rapidez no atendimento às mulheres vítimas de violência de gênero. Reforça a rede existente de serviços públicos do governo federal, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios, dos tribunais de justiça, dos ministérios e das defensorias públicas por meio do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Constitui-se de serviços públicos de justiça, saúde, assistência social, acolhimento, abrigo e orientação para trabalho, emprego e renda. É coordenado pela Secretária de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM-PR);

e) Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta – instalado por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e os demais ministérios, sendo responsável pela campanha “Mulheres Donas da Própria Vida”, temo intuito de dar visibilidade à violência de gênero e contribuir para a implementação da Lei Maria da Penha no meio rural;

f) Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres – objetiva estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como de assistência e

garantia de direitos às mulheres em situação de violência, conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislação nacional (SPM, 2014).

As políticas elencadas representam a materialização da luta do movimento feminista e de mulheres na trajetória percorrida, que ainda será longa quanto à busca de políticas públicas que contribuam para a emancipação e cidadania plena das atrizes sociais. Essas políticas constituem uma conquista da luta popular, mas que precisa de uma articulação com a participação social.

A participação social constitui um eixo central no processo de democratização da gestão pública brasileira, nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), legitimado pela Constituição Federal de 1988. Nessa concepção, os Conselhos Gestores tornam-se local de articulação política em busca da definição e formulação de políticas públicas, por meio da interação entre os atores inseridos nesses espaços.

Faz-se necessário, assim, criar e implementar essas políticas, bem como discutir de que forma as políticas públicas para as mulheres contemplam a questão de gênero, já que, como comprovam as políticas vigentes (como o Bolsa Família, por exemplo), as mulheres atendidas, na sua quase totalidade, são chefes de família, o que não torna uma política emancipadora, mas sim atribui mais sobrecarga para as mulheres, responsabilizando-as pelo cumprimento dos critérios elencados, até mesmo porque o programa tem como público-alvo crianças e adolescentes. Dessa forma, programas como esse reforçam o papel de cuidadora, vinculado às tarefas reprodutivas, impondo mais uma função às mulheres, dentre tantas outras já impostas pela sociedade.

3.3 Os espaços de controle social como lugar de luta das mulheres

O poder emana do povo e pode ser exercido de duas maneiras que se complementam: pelo voto (democracia representativa) e por via direta – participação ativa dos cidadãos por meio da ocupação dos espaços constituídos para a defesa dos interesses da população, tais como os conselhos e as conferências – (democracia participativa). Neste estudo, interessa discorrer sobre os espaços da democracia participativa. No Brasil, registra-se a existência de conselhos como meio

de apoio ao exercício do poder político desde 1822, com a criação do Conselho de Estado, que visava conciliar interesses das elites políticas e econômicas da época (GOHN, 2004; GONZÁLES, 2000).

A Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã por proteger os interesses do povo brasileiro e definir o Brasil como um Estado Democrático de Direito, foi um marco histórico, um divisor de águas entre a ditadura e a democracia. De acordo com Débora Nunes (2006, p.14), “num país onde o poder de decisão foi historicamente monopolizado pelos representantes de uma elite econômica muito restrita, a participação da população significa uma democratização desse poder”. A Constituição propiciou a ampliação dos espaços de participação popular, criando um novo modelo de gestão pública que concedeu à sociedade civil um papel de destaque na gestão das políticas públicas.

Nesse contexto, os Organismos de Políticas para Mulheres e os Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher são importantes ferramentas no processo de formulação, monitoramento e coordenação das políticas promotoras da defesa dos direitos humanos das mulheres. A criação dos organismos voltados exclusivamente para as políticas para mulheres e para a defesa dos seus direitos é uma recomendação da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, a Conferência de Beijing, realizada em 1995.

No Brasil, a mobilização dos movimentos de mulheres, na década de 80 do século passado, resultou na criação, em 1985, do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) por meio da Lei Federal n.º 7.353, vinculada ao Ministério da Justiça¹¹. A mesma lei criou, também, o Fundo Especial dos Direitos da Mulher.

Conselhos como esse também têm se constituído em escalas municipais e estaduais, atuando como espaços significativos de interlocução com os movimentos de mulheres, além da formulação e do monitoramento das políticas. Para Raichelis, “Os conselhos são canais importantes de participação coletiva e de criação de novas relações políticas entre governo e cidadãos, e principalmente, de construção de um processo continuado de interlocução pública” (2008, p. 83).

¹¹ O Decreto n.º 4773, de 7 de julho de 2003, dispõe sobre a atual composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), passando a instituí-lo como um órgão colegiado, de caráter consultivo e integrante da estrutura básica da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

No entanto, para que esses conselhos sejam um instrumento de efetivação das demandas das mulheres, é necessário que este seja um espaço deliberativo, em que as mulheres possam ter papel decisivo e não meramente consultivo. Isso pressupõe conselheiras dispostas a reconhecerem os conselhos como um espaço de aprendizagem que tem por missão contribuir nas ações dos governos com vistas à promoção da igualdade de gênero por meio da formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres. De acordo com Raichelis,

[...] a luta pela expansão de direitos sociais está diretamente relacionada à ampliação de espaços públicos, para que novos sujeitos sociais possam estar diretamente representados e encontrem um lugar de reconhecimento, pertencimento e expressão de suas demandas sociais (2008, p. 113).

Essa ampliação não pode ser efetivada de qualquer maneira, pois requer participantes comprometidos com todo o processo. É preciso questionar-se, então: a participação da sociedade civil está, de fato, delineando novas tendências na gestão das políticas públicas?

Como explicitam Arruda e Kocourek (2008), há uma extrema necessidade de formação continuada para esses conselheiros, orientando-os em suas ações e em seus princípios democráticos e éticos e despertando-os para um posicionamento político e consciente, já que ocupam o lugar de representantes. Deve-se ter um comprometimento com as demandas da população, utilizando esse espaço de maneira democrática, diferentemente do que se presencia desde a criação de alguns conselhos que, na atualidade, trabalham a serviço dos governos, muitas vezes, impedindo que o processo democrático se efetive, pois muitas práticas autoritárias visam ao engessamento de tal órgão.

Ressaltamos, ainda, que os conselhos são órgãos que, inicialmente, foram alvo de desconfiança por parte dos movimentos e das organizações populares devido ao processo de cooptação pelo poder público a que esses espaços de decisão são submetidos. Além disso, conforme Borba (2004), existem entraves que restringem o potencial democrático desses órgãos, como desigualdades de poder e saber entre os vários representantes dos conselhos, ausência de mecanismos de controle sobre a representatividade dos conselheiros, capacidade diferenciada de acesso a recursos políticos, ausência de motivação e comprometimento e dificuldades de mobilização da sociedade.

Tal fato demonstra uma contradição, se pensarmos que muitos dos servidores que realizam tais práticas são usuários das políticas públicas, nas quais estão fazendo um desserviço, penalizando os usuários no que diz respeito à garantia de seus direitos. De acordo com Gohn (2005), é a partidos direitos que fazemos o resgate da cultura de um povo e de uma nação, especialmente em tempos neoliberais, que destroem ou massificam as culturas locais, regionais ou nacionais. Partir da ótica dos direitos de um povo ou agrupamento social é adotar um princípio ético e moral, baseado nas necessidades e na experiência acumulada historicamente dos seres humanos e não nas necessidades do mercado. Os direitos humanos são os direitos e as liberdades básicas de todas as pessoas.

Para Bobbio (1992), a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi uma inspiração e orientação para o crescimento da sociedade internacional, com o principal objetivo de torná-la um Estado e de fazer com que os seres humanos fossem iguais e livres. Pela primeira vez, princípios fundamentais sistemáticos da conduta humana foram livremente aceitos pela maioria dos habitantes do planeta.

Os direitos humanos são sinônimos de liberdade, pelo menos em um plano ideal, pois, como salienta Gohn:

A ótica dos direitos possibilita-nos a construção de uma agenda de investigação que gera sinergias e não compaixão, que resultam em políticas emancipadoras e não compensatórias. Fora da ótica da universalidade dos direitos caímos nas políticas focalizadas, meras justificativas para políticas que promovem uma modernização conservadora. A ótica dos direitos como ponto de partida poderá nos fazer entender as mudanças sociais em curso. (2005).

Sendo assim, se os participantes desses espaços dimensionarem a diferença que uma participação comprometida faz para a vida dos usuários das políticas públicas, estarão contribuindo para que se possa ter uma vida digna, ou seja, para que se possa não ser inferior ou superior aos outros seres humanos em função de raça, sexo, etnia, religião etc., permitindo que todos possam realmente ser livres.

3.4 Participações das mulheres nos espaços de decisão e poder

As mulheres travaram uma luta histórica por ampliação de direitos e garantia de cidadania plena. Os primeiros registros da luta por direitos políticos remetem aos

debates que antecederam a Constituição de 1824. Somente mais de um século depois, na eleição da Assembleia Nacional Constituinte de 1933, a mulher brasileira pôde, pela primeira vez em nível nacional, votar e ser votada.

Dessa forma, poderíamos imaginar que todo o movimento mundial das sufragistas encerra a luta das mulheres por direitos políticos. Entretanto, ressaltamos que, na atualidade, embora a população feminina seja maioria da população (51%) e também maioria do total de eleitores, constituindo 51,82% do universo de 135 milhões de votantes, ainda encontra-se sub-representada nos espaços de decisões e poder.

Os indicadores de 2010 da União Interparlamentar (IPU) apontam que, atualmente, no Congresso Nacional existem apenas 46 deputadas federais em um universo de 513 (8,9%) e dez senadoras do total de 81 senadores (12,3%). Em termos de igualdade de gênero na política, o Brasil está, assim, em um longínquo 106º lugar entre 187 países no *ranking* da IPU. Considerando esses indicadores, podemos afirmar que a nossa luta ainda é atual, pois há muito a se conquistar, e que as mulheres precisam estar engajadas no debate e na luta por reforma política para conquistarem o direito a um sistema político que lhes garanta representação e participação e que assegure que as suas demandas sejam, de fato, efetivadas.

A lei de cotas de gênero de 2009, que sofreu alterações em 2010, obriga os partidos a preencherem 30% das vagas da legenda com candidaturas femininas caso a legenda não tenha atingido o percentual, terá de inscrever novos candidatos do sexo feminino ou retirar o registro de candidaturas masculinas, e a destinarem um percentual das receitas não inferior a 5% dos recursos do fundo partidário para a promoção da participação das mulheres na política e não inferior a 10% do tempo de rádio e televisão para as propagandas eleitorais de mulheres em anos de eleição, para a promoção das candidaturas femininas. Entretanto, essas exigências não são suficientes para que o número de mulheres eleitas seja maior.

Dessa forma, o que se busca são estratégias para ampliação das mulheres nos espaços de decisão e poder. Algumas dessas estratégias passam pela criação de mecanismos de apoio à sua participação político-partidária, tais como: investimento na formação e capacitação das mulheres e listas alternadas (o nome de uma mulher e de um homem) para que assim se efetive mais candidatas eleitas.

3.5 A participação social e os processos de trabalho do assistente social

Para melhor compreensão sobre os processos de trabalho do assistente social cabe destacar a concepção do Serviço Social que de acordo com Mirla:

A origem do Serviço Social encontra-se intimamente relacionada com a consolidação do sistema capitalista, na idade do monopólio (...). Esse momento é marcado pela modernização capitalista, na passagem do capitalismo concorrencial ao monopólico, sendo caracterizado como um período que acentua intensamente as contradições sociais em suas expressões de exploração e de alienação. (2012, p.27)

O assistente social vivencia um complexo de determinações sociais inerentes ao trabalho em uma sociedade capitalista, sendo atrelado ao trabalho assalariado, à subordinação do conteúdo do trabalho, ao atendimento da demanda imposta e ao cumprimento dos parâmetros e deveres impostos pelas instituições empregadoras. Segundo Yazbek (2002, p. 19),

Para uma análise do Serviço Social na atualidade, é necessário situá-lo no contexto de transformações societárias que caracterizam a sociedade brasileira dos últimos anos – em tempos de globalização. Tempos de em que a economia e o ideário neoliberal intensificam as desigualdades sociais, com suas múltiplas faces. Tempos em que crescem as massas descartáveis, “sobrantes” e à margem dos direitos e dos sistemas de proteção social.

Em tempos de precarização dos direitos, os profissionais devem reafirmar o comprometimento com a classe trabalhadora, pois, conforme Netto:

[...] também a experiência histórica demonstrou que, na ordem do capital, por razões econômico-sociais e culturais, mesmo num quadro de democracia política, os projetos societários que respondem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas sempre dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes proprietárias e politicamente dominantes (1999).

É preciso, assim, que o profissional ressignifique o seu fazer profissional, uma vez que as manifestações da questão social se metamorfoseiam, exigindo conhecimento e discernimento por parte deste profissional a respeito da dimensão política de sua prática no sentido de compreender as correlações de forças existentes e presentes no cotidiano profissional. Trata-se, desse modo, de compreender as refrações da questão social, isto é, o conjunto de desigualdades

que se originam do antagonismo entre a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho, que é o instrumento principal de trabalho do assistente social, resguardando suas características históricas particulares. É encargo do assistente social compreender as relações Estado-sociedade, os projetos políticos, as políticas sociais, as classes sociais e suas representações culturais e os movimentos sociais. Como aponta Iamamoto:

Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção de desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados neste terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou fugir deles porque tecem a vida em sociedade (1998, p. 28).

A rigor, “o exercício do trabalho do assistente social ao se vincular à realidade como especialização do trabalho, sofre um processo de organização de suas atividades” (ABESS, 1996, p. 24), organização essa que resulta da luta da categoria em um arcabouço do qual faz parte o código de ética. O assistente social é um dos poucos profissionais que possui um projeto coletivo e hegemônico, denominado projeto ético-político, que foi construído pela categoria a partir da década de 1970 e que expressa o seu compromisso com a construção de uma nova ordem societária mais justa. Reafirmou-se, assim, a postura que o profissional deve ter diante das mais variadas demandas e relações sociais.

Esse projeto ético-político regulamentou e organizou a profissão. Conforme Netto (1999, p. 155), o projeto explicita o “compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social”, visando à habilidade técnico-operativa e teórico-metodológica desse profissional na ampliação e na consolidação da cidadania.

Assim, a Lei n.º 8.662, responsável pela criação desse projeto, elencou as prioridades para o executar das práticas profissionais e embasou a profissão em lei para que fosse cumprida, respeitada e desmistificada, no intuito de ampliar os horizontes, romper com as barreiras impostas e reafirmar o compromisso do profissional com os usuários e a sociedade brasileira na busca por mudanças e transformações da vida social. A partir de então, buscou-se aprofundar, cada vez mais, em uma perspectiva crítica e de totalidade, o arsenal teórico-metodológico e ético-político e os instrumentos normativos.

Iamamoto (2000) identifica três tipos de instrumentos presentes nesse processo: a) as bases teórico-metodológicas; b) o instrumental técnico-operativo, e c) as condições institucionais. No que se refere ao fazer profissional do assistente social em relação à mobilização e participação das mulheres, as bases teórico-metodológicas devem estar pautadas no conhecimento referente aos direitos humanos das mulheres, às políticas públicas, à conjuntura política e social, às construções dos papéis sociais, à realidade social e aos princípios do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)¹², que visa à universalidade, integralidade, equidade, participação social e descentralização.

A utilização dos instrumentais no cotidiano da prática profissional é um fator preponderante para o assistente social. Como todos os profissionais têm seus instrumentos de trabalho e sendo o assistente social um trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho, este necessita de bases teóricas, metodológicas, técnicas e ético-políticas para o seu exercício profissional.

Segundo Marx e Engels (1993), é na prática que o homem deve mostrar a verdade e o poder do seu pensamento, razão pela qual a prática é considerada, para a dialética marxista, critério de verdade. Entretanto, não se trata de qualquer prática, mas de uma prática orientada pela teoria, com clareza de finalidade, ou seja, uma práxis. Nesse sentido, somente a partir de uma análise conjunta, podemos ressignificar espaços, pensar coletivamente em alternativas de enfrentamento, redescobrir potencialidades, associar experiências, buscar identificações, dar visibilidade às fragilidades para tentar superá-las, desvendar bloqueios e processos de alienação, revigorar energias, vínculos e potencial organizativo e reconhecer espaços de pertencimento.

Em relação aos instrumentais técnico-operativos são como um conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional.

Quanto às atribuições do assistente social, este deve coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas e projetos na área de Serviço Social; prestar informações e elaborar pareceres na área de atuação do Serviço Social; planejar, coordenar e executar atividades socioeducativas; estabelecer parcerias e contatos institucionais; atuar como facilitador de processos de formação

¹² Ver mais em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas>>.

de lideranças e organização comunitária; planejar, coordenar e realizar reuniões e palestras na área de atuação do Serviço Social; elaborar relatórios técnicos e analíticos; e treinar, avaliar, supervisionar e orientar estagiários de Serviço Social.

O uso dos instrumentais técnico-operativos pode ser visto como uma estratégia para a realização de uma ação na prática profissional em que o instrumental e a técnica estejam relacionados em uma unidade dialética. O instrumental abrange, assim, não só o campo das técnicas, mas também o dos conhecimentos e das habilidades.

Desse modo, podemos inferir que

[...] a instrumentalidade possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio da instrumentalidade que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano (GUERRA, 2000, p. 54).

O assistente social deve, nessa perspectiva, coordenar e executar programas de enfrentamento à pobreza que assegurem a elevação da autoestima e o acesso a bens, serviços e renda para segmentos mais vulneráveis pela situação de pobreza e exclusão social, desenvolvendo programas voltados para o atendimento aos grupos de maior risco e realizando e disponibilizando estudos e pesquisas no âmbito das Políticas Sociais.

Assim, o trabalho dos assistentes sociais não se desenvolve independentemente das circunstâncias históricas e sociais que o determinam, pois está marcado pela subordinação, algumas vezes aliada à frágil discussão do papel do Serviço Social nos processos de participação social. A atuação do assistente social na inclusão da mulher frente à participação política e cidadã apresenta-se, nesse contexto, como um instrumento de combate à exclusão social entre gêneros nos diversos espaços de decisões.

Desse modo, na perspectiva feminista de cidadania, o grande papel do assistente social consiste em desempenhar ações transformadoras a fim de garantir justiça social, equidade, igualdade e liberdade e de encorajar as conquistas de direitos por meio de diversas políticas públicas. Em outras palavras, a concepção de gênero deve ser tratada nas políticas públicas como uma estratégia que possibilite

às mulheres a capacidade de produzir mudanças na posição que ocupam na sociedade, bem como na condução das relações familiares e comunitárias.

4 MARIAS BONITAS FAZENDO HISTÓRIA E OSERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA FORJADA NA COLETIVIDADE

A experiência de extensão que será apresentada neste capítulo foi norteadada pela concepção de que os sujeitos são transformadores e criadores e que estão em permanente relação com a realidade, criando, portanto, simultaneamente, a história e constituindo-se em seres histórico-sociais (FREIRE, 1987). Referimo-nos aqui ao grupo de mulheres denominadas “Marias Bonitas Fazendo História”, fruto de uma experiência de extensão que retrata uma ação transformadora, não somente da realidade objetiva, mas especialmente no que se refere à construção de novos projetos de vida, isto é, de novas possibilidades de histórias sociais por meio da participação social.

O projeto de extensão ora discutido propunha compor um cenário no qual o exercício da cidadania e a conquista da autonomia das mulheres fosse crescente, de modo a fortalecer e desenvolver a capacidade de interferir na realidade social, mudando o seu modo de ser e de estar. O mediador desse processo é denominado neste estudo de educador social, papel exercido por mim como estagiaria de Serviço Social. Minha práxis ocorreu no cotidiano dessas mulheres, buscando desafiá-las no sentido de que falassem sobre sua própria leitura de mundo.

4.1 Marias Bonitas Fazendo História: desafios, aproximações e muitas ações

A experiência de extensão relatada neste texto teve início por meio do Programa Conexões de Saberes da Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desenvolvido entre maio de 2012 e dezembro de 2013, tendo como principal objetivo desenvolver ações de educação não formal para as mulheres de uma comunidade, com vistas a contribuir para que estas se reconheçam em seu modo de ser e estar na sociedade, impulsionando a emancipação e o empoderamento dessas mulheres, assim como a prevenção e redução das situações de risco e vulnerabilidade. Atualmente, esse grupo não depende da UFSM para seu funcionamento, pois adquiriu contornos de um coletivo com capacidade autogestionária, embora ainda conte com mulheres que exercem um papel de ativadoras de processos de mudanças, como é o meu caso.

Participaram, semanalmente, desse projeto aproximadamente 20 mulheres, que vivenciam cotidianamente as refrações das expressões da questão social, sobremaneira pela sua condição de gênero, ou seja, pela sua condição de sexo, corpo e cultura. Sua faixa etária varia entre 21 e 40 anos, sendo a maioria com escolaridade de nível fundamental incompleto. As mulheres do grupo têm como principal ocupação/trabalho atividades domésticas. A renda familiar é cerca de um salário mínimo brasileiro, sendo dependentes dessa renda, em média, cinco pessoas.

O projeto foi desenvolvido no Bairro Urlândia, Santa Maria, RS, localidade escolhida em razão da vulnerabilidade socioeconômica dos moradores e do elevado índice de beneficiários do Programa Bolsa Família. Para que os encontros fossem viáveis, ocupou-se, com autorização da Prefeitura Municipal de Santa Maria, um local denominado Emancipar, espaço esse que visa ao lazer, à cultura e às ações comunitárias.

O propósito do relato dessa experiência é mostrar processos de mudança por meio do exercício profissional do Serviço Social em interface com outras profissões. Conforme já apontado, o propósito é educar/dialogar com base nas demandas que emergem dos interesses e das necessidades do coletivo, em meio a relações sociais baseadas em princípios de igualdade, equidade e justiça social, de modo a fortalecer a autonomia e a cidadania das mulheres, sempre dialogando com a realidade do território e dos saberes dessas mulheres.

O diálogo, como encontro dos homens para a tarefa comum de saber agir, se rompe, se seus polos (ou um deles) perdem a humildade. Como posso dialogar, se alieno a ignorância, isto é, se a vejo sempre no outro, nunca em mim? Como posso dialogar, se me admito como um homem diferente, virtuoso por herança, diante dos outros, meros “isto”, em quem não reconheço outros eu? Como posso dialogar, se me sinto participante de um “gueto” de homens puros, donos da verdade e do saber, para quem todos os que estão fora são “essa gente”, ou são “nativos inferiores”? Como posso dialogar, se me fecho à contribuição dos outros, que jamais reconheço, e até me sinto ofendido com ela? Como posso dialogar se temo a superação e se, só em pensar nela, sofro e definho? A auto-suficiência é incompatível com o diálogo. [...] Se alguém não é capaz de sentir-se e saber-se tão homem quanto os outros, é que lhe falta ainda muito que caminhar, para chegar ao lugar de encontro com eles. Neste lugar de encontro não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais. Não há também diálogo, se não houver uma intensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de Ser Mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens (FREIRE, 1984).

Percebemos, assim, que um dos maiores desafios para a concretização de um trabalho com dialogicidade é o fato de os profissionais estarem dispostos a desvelarem a realidade e a construção de propostas criativas capazes de responder às demandas sociais. O assistente social em contato com o cotidiano precisa dispor de metodologias que incitem o processo da mobilização dos sujeitos para a luta dos direitos, fomentando sua capacidade de reconhecerem-se como sujeitos ativos nos processos. Como ressalta Prates (2007),

Se a questão social se manifesta no cotidiano dos sujeitos através de refrações materializadas no desemprego estrutural, precarização de relações de trabalho, de vínculos familiares, de espaços de pertencimento, e em novos modos de resistência, como características contemporâneas, velhas expressões tais como as dificuldades de trabalhar a mobilização, o engajamento dos sujeitos, enfim os processos de participação, continuam manifestando-se como necessidades primordiais para o desenvolvimento de processos de trabalho pautados pela defesa dos direitos e justiça social, da democracia, do protagonismo e autonomia dos sujeitos, condições para uma efetiva cidadania.

O comportamento dialógico consiste, assim, na possibilidade de os membros de uma relação se reconhecerem como influenciadores mútuos, condição essa que prevê Martin Buber ao afirmar “que cada um dos dois se torna consciente do outro de tal forma que precisamente por isso assume para com ele que não o considere e não o trate como seu objeto, mas como seu parceiro num acontecimento da vida” (1982, p. 137-138). Nesse sentido, optou-se pela metodologia da educação libertária progressista, seguindo os ideais de Freire (1981, 1987), que oferece pressupostos para a transformação social baseados na educação não formal, que, conforme Gohn,

[...] capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo e no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a *priori*; eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Um modo de educar surge como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades que dele participa. A construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social, fortalece o exercício da cidadania. A transmissão de informação e a formação política e sociocultural são metas na educação não formal. Ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, ao individualismo etc (2006, p. 129).

A educação não formal, como base para o grupo Marias Bonitas, manifestou-se como um processo de aprendizagem que se fundamenta em atividades educativas organizadas, em função de facilitar determinados tipos de aprendizagens para um contingente específico da população, de variadas idades. Essa educação não outorga graus próprios do sistema educacional regado.

Conforme Gohn (2006), a educação não formal designa um processo com quatro campos que correspondem às suas áreas abrangentes. O primeiro envolve a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos como cidadãos, ou seja, o processo que gera a conscientização do sujeito sobre o meio social, seus interesses e o mundo que o cerca. O segundo processo está relacionado à capacitação dos indivíduos para o trabalho por meio da aprendizagem de habilidades ou do desenvolvimento das potencialidades do indivíduo. O terceiro processo, por sua vez, está centrado na aprendizagem e no exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas coletivos cotidianos. Por fim, o último e quarto processo consiste no campo da educação para a vida ou para a arte de bem-viver.

Ressaltamos que o enfoque a ser trabalhado como grupo “Marias Bonitas” era o desenvolvimento da autonomia, que é compreendida como a faculdade de guiar-se por si mesmo, constituindo-se na experiência de tomada de decisão pelo indivíduo (FREIRE, 1997). Correlaciona-se, desse modo, à educação não formal, pois é uma experiência da tomada de decisões pelos sujeitos com o apoio do mediador do processo, ou seja, o educador. Por isso, no processo educativo, precisamos estar centrados em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade.

A metodologia de trabalho implicou a articulação de dois momentos: contribuir para a reconstrução da autoestima das mulheres e possibilitar o acesso a saberes que lhes empoderassem, permitindo, assim, condições de exercitar sua autonomia. Houve momentos dialéticos de avanços, retrocessos e superações, que viabilizaram um processo reflexivo entre os sujeitos, fazendo com que o mundo se apresentasse sempre em constante movimento. Esses processos vivenciados de conflitos, descobertas, anseios, medos, alegrias entre outros que circulavam nas rodas objetivam influir em favor de seu empoderamento, ou seja, do fortalecimento de suas capacidades para enfrentar sua condição de vulnerabilidade, proporcionando a

essas mulheres maior percepção de si e do seu papel de protagonistas que desempenham no mundo. A consciência do mundo e a consciência do sujeito fazem um ser não apenas no mundo, mas com o mundo e com os outros. Por isso, um ser é capaz de intervir no mundo e não somente de se adaptar a ele. É nesse sentido que mulheres e homens interferem no mundo e que não temos apenas história, mas fazemos a história que igualmente nos faz e nos torna, portanto, seres históricos.

Observando as histórias de cada mulher, fomos construindo uma relação de identidade do coletivo, visto que, só a partir do momento em que se reconhecem pertencente a ele e se identificam com as demandas das companheiras, conseguem fazer uma trajetória que resulta na construção coletiva de ações práticas e subjetivas: nesse momento ocorre a construção real dos objetivos mediados pelo Serviço Social. Salientamos, então, que, no momento em que elas se identificam como formadoras de uma nova realidade, passam a redimensionar seus pensamentos e anseios na busca da emancipação do grupo.

Sendo assim, para ativar um processo de mudança junto às mulheres, que, inicialmente, apresentavam-se cabisbaixas, retraídas e reticentes, foi preciso que o profissional assistente social em formação e os demais profissionais da equipe utilizassem dispositivos dialógicos e dinâmicas que privilegiassem a expressão dessas mulheres, impondo, em alguns momentos, um silêncio inquietante, mas sempre em uma perspectiva libertadora. Nesse sentido, o trabalho do profissional assistente em formação direcionou-se, primeiramente, para uma reflexão interna do grupo, utilizando-se de metodologias específicas do Serviço Social para captar os mais profundos sentimentos de cada participante do grupo, fazendo com que, juntamente com elas, pudéssemos construir uma dinâmica de trabalho em que todas se sentissem parte integrante do coletivo. Esse processo foi de fundamental importância para a elevação da autoestima e do autoconhecimento, bem como da troca de saberes entre essas mulheres.

Dessa forma, a identificação dos temas geradores converte-se em uma luta comum por uma consciência acerca da realidade e de si, que fazem dessa procura o ponto de partida do processo de educação e da ação cultural do tipo libertador (FREIRE, 2001). Esse processo libertador pressupõe ações autogestionárias, em que as mulheres sejam responsáveis pelas decisões tomadas e em que se construam as regras de funcionamento do grupo, no intuito de mediar a autonomia e

a liberdade com responsabilidade. Buscamos, assim, ouvir o grupo de modo que elas se reconhecessem e gostassem desse processo, sendo as autoras da construção de uma nova realidade.

Reconhecemos a importância da mediação de regras, embora não sejam estas em si o mais importante nesse processo, tendo sido necessário mostrar que havia uma pactuação de cuidado e respeito mútuo entre todas as participantes. Ressaltamos, ainda, que essa pactuação foi construída com respeito à individualidade de cada integrante do grupo, pois cada pessoa tem a sua história de vida e os seus saberes, que motivam a troca de experiências entre a equipe multidisciplinar e o grupo.

Nosso trabalho ocorreu, primeiramente, com vistas a estimular o senso crítico nos encontros e realizar o planejamento das atividades para os próximos meses. Foram disponibilizados materiais variados para que as mulheres, por meio de desenhos, recortes e palavras, expressassem os temas prioritários de seu interesse. Dentre estes, figurou, como de maior relevância, o tema da violência, temática a partir da qual a equipe de bolsistas e o coletivo organizou uma jornada composta por um número variado de atividades (Figura 1).



Figura 1 – Atividades desenvolvidas com o coletivo.

Buscamos, então, uma rede de parcerias que desenvolvem trabalhos com o recorte de gênero. Vale destacar alguns coletivos e instituições que colaboraram nessa trajetória: Marcha das Vadias, Núcleo de Estudos Mulheres Gênero e Políticas Públicas (NEMGeP), Setor de Mulheres do Movimento Levante Popular da Juventude, Delegacia da Mulher de Santa Maria, dentre tantos outros profissionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que se dispuseram a colocar seus

saberes nas rodas de conversa do coletivo (Figura 2). Essas rodas foram fundamentais para que cada uma percebesse que muitas das suas angústias, dúvidas, frustrações, anseios, medos e emoções são compartilhadas pelas companheiras de grupo.



Figura 2 - Roda de conversa com a Delegacia da Mulher de Santa Maria e com integrantes da Marcha das Vadias.

Nas rodas, foram feitas dinâmicas, tais como a do espelho, que tinha por objetivo despertar para a valorização de si e para o encontro consigo e com seus valores. Nessa dinâmica, utilizamos um espelho dentro de uma caixa a fim de que cada participante olhasse para si mesma dissesse ao grupo o que estava vendo. No princípio, muitas não quiseram participar, e as que se propuseram tinham uma percepção negativa da sua imagem, o que, ao longo do processo, foi coletivamente

sendo desconstruído para que as mesmas se valorizassem enquanto mulheres com potencialidades.

Tais potencialidades foram sendo evidenciadas, inicialmente, na vontade coletiva de dar um nome para o grupo. Essa necessidade foi justificada em função da importância que o nome do coletivo concede tanto para a visibilidade do grupo diante da sociedade quanto para as mulheres se identificarem com ele, ou seja, se reconhecerem enquanto pertencentes desse coletivo.

Essa identificação se mostrou fundamental, permitindo o surgimento de novos marcos. Em uma das quartas-feiras, que era o dia escolhido pelo grupo para os encontros, propusemos uma dinâmica para planejarem o que gostariam que se concretizasse nos próximos três anos. O resultado consistiu em planos bem construídos, com muitos sonhos e expectativas.

Entretanto, um dos planos nos chamou atenção, sensibilizando-nos por conter muita subjetividade por trás do objeto material que a participante desejou. Ela mencionou que gostaria de ter um relógio e, ao ser questionada sobre o motivo, disse que gostava muito do grupo Marias Bonitas e que não queria mais se atrasar nem ter de ficar perguntando para os outros se já estava na hora de ir para o grupo. Por meio de experiências como essa, pudemos perceber a importância que as participantes conferiam ao grupo, bem como a diferença que essa participação fazia em seu cotidiano (Figura 3).



Figura 3 – Encontro do grupo Marias Bonitas.

Nas rodas, algumas mulheres mais falantes manifestavam a transformação ocorrida em seu dia a dia após a inserção no coletivo. Uma delas relatou que sofria há alguns anos de depressão, necessitando de um coquetel de medicação, e que, após um tempo participando das Marias Bonitas, não fez mais uso dessa medicação, de modo que até seu médico reconheceu o avanço obtido após o ingresso nesse coletivo.

Outro exemplo é uma Maria Bonita também diagnosticada com depressão que entrou no grupo por encaminhamento do Centro de Atendimento Psicossocial Prado Veppo. Essa participante estava bem apática no início, não interagindo com o coletivo, o que se modificou de tal forma que esta passou, após certo tempo, a atuar como uma das lideranças do coletivo, sendo referência para dialogar sobre a

experiência das Marias Bonitas sempre que somos chamadas, visto que nos tornamos um dos coletivos de referência no trabalho com mulheres na cidade.

Essa participação externa do grupo também contribuiu significativamente no processo de empoderamento das mulheres, uma vez que se construiu uma rede de parcerias com a qual desenvolvemos muitas lutas. Exemplo disso foi o Projeto Esperança/Cooesperança, que teve uma participação relevante nos espaços de formação a partir dos princípios da Economia Solidária¹³, oportunizando a participação das mulheres em encontros e feiras locais, regionais, estaduais e, até mesmo, nacionais.

Tal oportunidade de participação contribuiu para o empoderamento das mulheres, já que muitas nunca tinham saído do seu território nem feito uma viagem. Além disso, esse fato revelou as desigualdades de gênero quando muitas mulheres encontraram dificuldades de convencer seus familiares para realizar as viagens.

Encontramos situações em que foi solicitada intervenção do grupo junto aos familiares para que os mesmos pudessem entender esse processo como parte das atividades do coletivo e não como perda de tempo, como alguns dos familiares interpretaram a situação. Houve mulheres que relataram, ainda, que os maridos não concordavam com sua participação nas viagens, pois não iriam assumir as responsabilidades que, em seu ponto de vista, cabem à mulher da casa. Isso demonstra como culturalmente os papéis sociais que são impostos e determinados às mulheres e aos homens ainda estão fortemente enraizados em nossa sociedade.

Contudo, muitas resistiram e realizaram algumas viagens que, conforme suas próprias palavras, constituíram um divisor de águas para que elas percebessem que podem e devem dedicar tempo a si mesmas. Outro fato motivador foi a experiência para muitas que nunca tinham saído de casa e que, pela primeira vez, estavam se hospedando em um hotel.

Nesse processo, ficou evidente que muitas dessas mulheres ainda estão excluídas de direitos que, para muitos, passam despercebidos. Segundo Sposati (2006), inclusão e exclusão são processos sociais interdependentes, vinculados principalmente à distribuição de renda e às oportunidades.

¹³São práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

Nesse sentido, Azevedo e Barros (2004) consideram a inclusão como o movimento permanente na busca de igualdade de condições e oportunidades para evitar diversas situações de privação. Essa definição pode ser considerada um tanto limitada, pois a inclusão não pode ser pensada em apenas um dos aspectos sociais.

Dupas (2000), por sua vez, afirma que a exclusão social é um fenômeno multidimensional que extrapola a questão da pobreza. Embora esta seja uma dimensão fundamental na constituição do fenômeno, é preciso levar em conta outras dimensões, como educação, saúde, lazer, religião, cultura, etnia, política e economia.

No caso das Marias Bonitas, a inclusão mostrou-se como um espaço de fortalecimento individual e grupal, pois foi criada uma rede de afetividade entre as mulheres, de modo que elas foram se reconhecendo e se identificando com as dificuldades encontradas pelas companheiras. Isso contribuiu, também, para se fortalecerem enquanto coletivo, pois, desse modo, perceberam o quanto os temas presentes nas formações se evidenciavam em seu cotidiano, evidenciando o quanto as desigualdades de gênero ainda se fazem presentes.

A partir desse cotidiano que foi sendo desvelado, os laços de confiança entre as mulheres foram se fortalecendo nesse processo de construção coletiva. Como exemplo de que é a partir da confiança no grupo que se desnuda a realidade citamos o caso de uma Bonita¹⁴ que participou do grupo durante todo o ano de 2012, sempre muito reservada. Trata-se de uma psicóloga do Centro de Atendimento Psicossocial da Infância e da Adolescência (CAPSi), que por meio de uma parceria, contribuiu nas rodas de conversa, relatando ter descoberto em si uma nova mulher diferente daquela cuidadora de um usuário infantil do CAPSi. De acordo com ela, até suas vestimentas passaram a realçar sua personalidade, conseguindo ver a mulher e não só a mãe cuidadora, pois passou a participar do grupo sempre bem vestida e maquilada.

Essa confiança no grupo fez com que, em 2013, ao recomeçarem os encontros após o recesso do final de ano, já no primeiro encontro em que estavam sendo planejadas as atividades, essa participante solicitou que déssemos continuidade à temática da violência contra a mulher, pois foi a partir dos debates nas rodas que ela disse se sentir à vontade para relatar um casamento de 18, em

¹⁴ Essa é a maneira como as integrantes do grupo se referem às companheiras.

que 17 foram de violência. Corajosamente, expôs-se, colocando o quão difícil era sofrer violência de uma das pessoas que mais amava e o quanto se sentia duplamente violentada ao, após a agressão, ter de se sujeitar a manter relações sexuais para que o agressor não o violentasse novamente.

Esse momento foi de muita tristeza, mas também de reflexão, pois essa tomada de decisão, rompendo com o isolamento, foi propiciada a partir da integração e dos laços de confiança que se estabeleceram com as outras mulheres, as quais perceberam que a violência não é só um problema individual, mas principalmente uma preocupação e luta coletiva e que o apoio de todas é fundamental. Esse processo de descoberta enquanto ser social contribui no empoderamento político, que influencia as tomadas de decisões que afetam o cotidiano das mulheres.

A partir dessas descobertas, essas mulheres foram se inserindo em espaços de luta por direitos na cena pública, potencializados em fóruns e espaços coletivos. Exemplo dessa participação foi o protagonismo junto com as demais entidades e os movimentos sociais na criação do Fórum de Mulheres de Santa Maria.

Entender esse espaço como proporcionador do exercício da cidadania, em que as cidadãs não apenas reivindicam seus direitos, mas também têm a possibilidade de conhecer e colocar em prática seus deveres individuais e coletivos, é um processo fundamental. Esse entendimento, ao longo dos encontros, foi sendo assimilado, pois tínhamos o desafio de fazer com que compreendessem sua representatividade, já que tínhamos escolhido duas representantes. Por vezes, era preciso retomar esse assunto para que aqueles que ocupam esses espaços conseguissem dar um retorno ao grupo sobre as suas demandas.

O coletivo desenvolveu, também, outras ações (audiência pública, tribuna livre, seminários e oficinas), juntamente com o Fórum de Santa Maria composto por entidades e movimentos da sociedade civil organizada, que visam sensibilizar a comunidade na luta da defesa de um conselho municipal das políticas das mulheres que seja deliberativo, representativo, fiscalizador e democrático.

No processo de organização das oficinas, que têm por objetivo realizar a reflexão crítica sobre o cotidiano vivenciado, uma demanda que surgiu na roda foi o teatro, que articulamos com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde tínhamos uma bolsista do curso do teatro que culminou como uma militante do

Movimento Popular da Juventude¹⁵. Essas oficinas foram ao encontro com as temáticas trabalhadas, de modo que as mulheres apresentavam na roda intervenções que eram seguidas de uma reflexão sobre as desigualdades no dia a dia dessas mulheres, bem como sobre estratégias de rompimento com essas opressões denunciadas por meio da arte. A técnica utilizada na dramatização foi uma aliada no processo de empoderamento do coletivo (Figura 4).



Figura 4 - Oficina de teatro

Essas atividades sempre tiveram como principal intencionalidade fazer com que as mulheres se percebessem em relações desiguais, pois é a partir dessa percepção que ocorrem as mudanças e, conseqüentemente, o engajamento, proporcionando uma influência em favor de seu empoderamento, ou seja, do

¹⁵ O Levante Popular da Juventude é uma organização de jovens militantes voltada para a luta de massas em busca da transformação social. Ver mais em: <<http://www.levante.org.br/quem-somos/>>.

fortalecimento de suas capacidades para enfrentar sua condição de vulnerabilidade. O intuito consiste, assim, em propiciar a essas mulheres uma maior percepção de si e do papel protagonistas que ocupam no mundo (Figuras 5, 6, 7 e 8).



Figura 5 - Marcha de 08 de março.



Figura 6 - Atividade proposta na I Jornada de Lutas pelas Marias Bonitas, NeMGEP e ASSUFSM¹⁶, para debater e dialogar com Movimentos Urbanos e Rurais.

¹⁶ Associação dos Servidores da Universidade Federal de Santa Maria.



Figura 7 - Ensaio da Batucada da Marcha de 8 de março.



Figura 8 - Participação nas reuniões que antecederam a marcha.

5 CONCLUSÃO

Ao finalizar este trabalho, mesmo que a escrita não consiga traduzir toda a subjetividade do processo vivenciado no que diz respeito aos desafios, aos compartilhamentos, aos sentimentos e às transformações, entendo que os objetivos propostos foram cumpridos. Ao analisar a desvalorização e a submissão que as mulheres ainda vivenciam em nossa sociedade, a temática sobre a participação das mulheres em um processo reflexivo se mostrou, de fato, pertinente.

As rodas de conversa realizadas proporcionaram uma reflexão dialógica sobre o mundo, em que todas aprenderam e ensinaram. As rodas foram inspiradas nos círculos de cultura propostos por Freire, de acordo com as seguintes etapas: levantamento dos temas geradores, codificação, decodificação e desvelamento crítico.

Nesse processo, buscamos afirmar a identidade pessoal e coletiva do grupo e sua importância para o processo de pertencimento e comprometimento nos encontros. Simultaneamente, procuramos identificar as demandas por meio de dinâmicas, colagens de figuras e outras atividades. Esses temas geradores identificados e trabalhados corroboraram para que o planejamento a partir da realidade proporcionasse mudanças mais efetivas.

A codificação foi concretizada no momento em que as participantes se perceberam e visualizaram suas vidas nos temas geradores levantados. Assim sendo, a decodificação materializou-se no processo de busca por mudanças, como, por exemplo, na participação dessas mulheres na Marcha das Vadias, bem como pela desconstrução de valores e princípios.

A partir dessas construções e desconstruções, buscamos identificar as mudanças ocorridas nesse processo na visão dessas mulheres. Percebemos, então, com base em suas falas, uma maior conscientização acerca de seu papel no mundo e das possibilidades de mudanças, as quais estão sendo pensadas pelas Marias Bonitas também a partir dos espaços de controle social – a participação na sociedade como ferramenta de transformação foi salientada ao longo dos encontros.

É na trajetória que a interlocução do Serviço Social com a temática de gênero se faz necessária, uma vez se trata de um fenômeno social que deve ser enfrentado por meio de um conjunto de estratégias políticas e da intervenção social direta.

Desse modo, o processo de formação nos convoca a pensar e repensar que a universidade também precisa construir um projeto de educação que desconstrua estereótipos e forme profissionais à luz das relações de gênero, sem deixar de incluir, na discussão, as categorias de sexualidade, raça e classe social.

Isso se mostra necessário uma vez que as mulheres ainda hoje são as mais pobres entre os pobres, ou seja: a pobreza tem gênero e cor. Mulheres negras representam uma grande parte da população que vive em situação de pobreza. Nesse contexto, voltar-se para a pobreza no Brasil é também voltar-se para questões de gênero e de raça, de modo que ignorar essas questões torna ineficaz qualquer tratamento que vise solucionar ou ao menos mitigar esse problema.

Por fim, com a realização deste trabalho, foi possível me certificar de que a instrumentalidade do profissional assistente social pode fazer a diferença no cotidiano das pessoas se a intencionalidade e a visão de mundo desse profissional estiver a favor da classe trabalhadora e defendera promoção da igualdade das relações sociais. Sendo assim, suas ações e intervenções podem contribuir, de maneira significativa, para reinventar o cotidiano dessas mulheres.

REFERÊNCIAS

- ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 143-190, abr. 1996.
- ANDRADE, I. A. L. de. A gestão participativa das políticas públicas: o desafio para os municípios do Nordeste. **Cadernos Adenauer III**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 51-68, dez. 2002.
- ARRUDA, M. P.; KOCOUREK, S.O Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente como Espaço de Construção de Cidadania. **Revista texto & contextos**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 75-87, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/3939/303>>. Acesso em: 23 nov. 2014.
- AZEVEDO, P. H.; BARROS, J. F. O nível de participação do Estado na gestão do esporte brasileiro como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. **Revista Brasileira de Ci e Movimento**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 77-84, jan./mar. 2004.
- BARSTED, Leila Linhares. Lei e realidade social: igualdade x desigualdade. In: **As mulheres e os direitos humanos**. Coletânea Traduzindo a Legislação com a perspectiva de gênero. Rio de Janeiro: Cepia, p. 35, 2001.
- BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BRASIL ESCOLA. **Fórum Social Mundial**. Disponível em: <<http://www.brasile scola.com/geografia/forum-social-mundial.htm>>. Acesso em: 24 nov. 2014.
- BUBER, M. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- CARNEIRO, S; T., COSTA, A. G. O. **Mulher Negra/Política governamental e a Mulher**. São Paulo: Nobel/ Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- CICONELLO, A.; MORONI, J. A. Participação social no governo Lula. Avançamos? **Cadernos da Abong**, 2005. Disponível em: <http://www2.abong.org.br/final/download/3_moroni.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2014.
- CISNE, Mirla, 1. ed. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- GOMES, Maria de Fatima Cabral Marques. “Estado e Política Social no Pensamento Brasileiro na Primeira República”. IN: **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, UFRJ/PPGESS, nº6, 1º semestre de 2002a.
- CORNWALL, A. Locating citizen participation. **IDS Bulletin**, England, v. 33, n. 2, p. 49-58, 2002.

DUPAS, G. **Economia e Exclusão Social: Pobreza, Emprego, Estado e o Futuro do Capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Educação e mudança**. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GADOTTI, M. **Gestão democrática com participação popular no planejamento e na organização da educação nacional**. 2014. Disponível em: <http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigoGadotti_final.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2014.

GOHN, M. G. Cidadania e Direitos Culturais. **Katalysis**, Santa Catarina, v. 8, n. 1, p. 15-23, jan./jun, 2005.

_____. Educação Não-formal, Participação da Sociedade Civil e Estruturas Colegiadas nas Escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

_____. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, ago. 2004.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, M. (Org.). **Lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Graal, p. 87- 106. (Coleção Tendências, 1).

GUERRA, Y. Instrumentalidade no trabalho do Assistente Social. In: **Capacitação em Serviço Social e política social**. Brasília: UnB, 2000.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez; Lima/Peru, Celats, 1982.

KON, A. Considerações teóricas sobre a divisão sexual do trabalho na família: Repercussões sobre o mercado de trabalho. In: SEMINÁRIO AS FAMÍLIAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL, 2005, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Abep, 2005.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://www.levante.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

LISBOA, T. K. Empoderamento de mulheres e participação na gestão de políticas públicas. In: SEMINÁRIO NACIONAL: Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MELO, H.; BANDEIRA, L. **A pobreza e as políticas de gênero no Brasil**. Santiago do Chile: CEPAL, 2005.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Programa de Capacitação Política em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CEAD, 1999. p. 91-109.

NUNES, D. Por uma pedagogia da participação popular. **Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 6, n. 16, p. 129-151, set./dez. 2006.

OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO. **Conselho e Organismos**. 2009. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/conselhos-e-organismos>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). **Institucional**. 2011. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/institucional/#>>. Acesso em: 07 dez. 2014.

PRATES, J. C. A arte como matéria-prima e instrumento de trabalho para o assistente social. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 221-232. jul./dez. 2007.

_____. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético-crítica de Inspiração Marxiana. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre, n. 2, ano II, dez. 2003.

PATEMAN, C. 1992. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

RAICHELIS, R. **Democratizar a Gestão das Políticas Sociais** – um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2008.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade**. 3. Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, p. 65-66, 2013.

SPOSATI, A. A fluidez da inclusão/exclusão social. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 4, p. 4-5, out./dez. 2006.

_____. Regulação social tardia: características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio. In: SEMINÁRIO BALANÇO E PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO CENÁRIO MUNDIAL ATUAL, 1., 2002, Porto Alegre. **Anais...** Santa Maria: Gráfica Palloti, 2002. p. 33-53.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **DivulgaCand 2014**: aumenta participação das mulheres na política brasileira. 2014. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2014/Julho/eleicoes-2014-aumenta-participacao-das-mulheres-na-politica-brasileira>>. Acesso em: 05 dez. 2014.